

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

BOLETIM DA DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

SUMÁRIO

PESQUISAS DE ECONOMIA RURAL E A AGRICULTURA NO BRASIL	1
RENDA BRUTA DA AGRICULTURA PAULISTA..	35
CAFÉ: Novas modificações no esquema de comercialização. Inferiores à previsão os registros de café. Volumosas as exportações em 1961	49
CITRICULTURA: Balanço da safra de 1961: Exportação e Mercado Interno	57
ESTATÍSTICAS: Preços médios recebidos pelos lavradores e produtores. Importação de cabotagem e exterior por Santos	65

ANO IX

N.º 1

JANEIRO 1962

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA
ESTADO DE SÃO PAULO

“AGRICULTURA EM SÃO PAULO”

Boletim da Divisão de Economia Rural

Rua Anchieta, 41 — 10.º andar — Caixa Postal, 8083

São Paulo — Brasil

Divisão de Economia Rural

Diretor: Eng.º Agr.º Ruy Miller Paiva

S E C Ç Õ E S

Política da Produção Agrícola

Eng.º Agr.º C. C. Fraga, chefe
Eng.º Agr.º Claus F. T. Freitas
Eng.º Agr.º Antônio D. Piteri
Eng.º Agr.º C. Meira Coelho

Organização de Empresas Agrícolas

Eng.º Agr.º O. J. Thomazini Ettore, chefe
Eng.º Agr.º Jorge D. Issa
Eng.º Agr.º Milton A. Moisés

Previsão de Safras e Cadastro

Eng.º Agr.º Fernando S. Gomes Jr. - Chefe
Eng.º Agr.º A. G. Batista Campos

Análise de Mercados e Preços

Eng.º Agr.º Rubens A. Dias, chefe
Eng.º Agr.º Ismar F. Pereira
Eng.º Agr.º Persio C. Junqueira

Comercialização

Eng.º Agr.º J. M. Fonseca Lima, chefe
Eng.º Agr.º J. C. Gomes dos Reis Jr.
Eng.º Agr.º Antonio A. B. Junqueira

Levantamentos Econômicos

Eng.º Agr.º Salomão Schattan, chefe
Eng.º Agr.º Milton N. Camargo
Eng.º Agr.º M. de L. do Canto Arruda

Análises de Custo e Rendas Agrícolas

Eng.º Agr.º Mauro Souza Barros, chefe
Eng.º Agr.º Paul Frans Bemelmans
Eng.º Agr.º Cyro Okamoto
Eng.º Agr.º Paulo Celso Penteado Meirelles

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor Geral: — Eng.º Agr.º Mário Decourt Homem de Mello

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

PESQUISAS DE ECONOMIA RURAL E A AGRICULTURA DO BRASIL

Eng.º Agr.º Ruy Miller Paiva

Reconhecemos que são muitos os riscos em que incorremos, ao preparar um trabalho sobre "projetos de estudos de Economia Rural no Brasil" e ao apresentá-lo a um grupo tão seletivo de pesquisadores. São, a nosso julgar, no mínimo, três êsses riscos; o risco da omissão, por deixarmos de trilhar alguns dos setores importantes de estudos dessa disciplina, por limitação de nossos próprios conhecimentos teóricos sobre o assunto; segundo, o risco de incorremos em erro de julgamento por estabelecermos uma prioridade de estudo que não seja a recomendada para as condições do Brasil, também por falha de nossos

próprios conhecimentos sobre a realidade brasileira; e por último, o risco de não agradar a metade dos senhores participantes, já que em assuntos de economia, não se pode nunca agradar a cem por cento dos economistas.

Todavia, decidimos-nos a enfrentar êsses riscos e a aceitar o honroso convite de Charles Hardin, por julgarmos que duma forma ou outra, poderemos colaborar para o sucesso dos trabalhos dessa Comissão, trazendo para debates, os resultados de nossa vivência de muitos anos com os problemas econômicos da agricultura de nosso país.

INTRODUÇÃO

Não é fácil selecionar os problemas da agricultura bra-

sileira, pertinentes à Economia Rural, que devem ter priorida-

(*) Trabalho apresentado à Reunião de Economistas Rurais, promovida pela Fundação Rockefeller, em Chicago, E.E.U.U. nos dias 14 a 18 de novembro de 1961, com o objetivo de debater os problemas relacionados com estudos e pesquisas de economia rural que se fazem necessárias ao desenvolvimento econômico da América Latina. Esse trabalho será também publicado nos anais dessa Conferência.

de de estudo, assim como não é fácil dizer sobre os métodos que devem ser adotados nesse estudo. Ao se fazer essa seleção, é preciso ter em mente tanto a importância do problema, como a possibilidade de se poder estudá-los. Com base em nosso conhecimento pessoal, procuraremos enumerar, a seguir, como introdução ao trabalho, os problemas mais importantes da economia brasileira para a solução dos quais

a Economia Rural pode colaborar e, posteriormente, relacionaremos os elementos que de um modo geral dificultam a realização desses estudos. Trata-se de uma enumeração de certo modo sumária, mas que, acreditamos, deverá servir para esclarecer as razões da escolha dos projetos de estudos que são apresentados mais adiante classificados segundo os campos da Economia Rural.

Relação dos principais problemas

1 — **Melhorar a técnica agrícola** — É grande o atraso da agricultura brasileira no tocante à técnica agrícola, isto é, práticas utilizadas no cultivo, preparo do solo, combate a pragas, manejo de pasto, arreamento dos animais etc. Não obstante encontrarem-se, a miúdo, propriedades bem organizadas, empregando modernas práticas agrícolas e adotando processos racionais de trabalho, o grosso das propriedades ainda deixa muito a desejar. São frequentes as propriedades em que as práticas pertinentes ao preparo do solo resumem-se muitas vezes, numa única aração, com arado de aiveca puxado a burro, havendo inúmeros casos em que o terreno é apenas limpo com

enxada e foice. Em muitos casos, o cultivo é feito apenas com enxada e muito frequentemente com um número insuficiente de capinas. O gado de cria e de engorda, na quase totalidade em regime de criação extensivo não recebe arreamento complementar e vive de pasto, perdendo peso na época das secas. O manejo de pasto é feito quase sempre com o fogo e as roçadas, e as cercas são usadas apenas para a delimitação do pasto, não havendo divisões que permitam um melhor aproveitamento do mesmo. Para o grosso da agricultura do Brasil, o problema mais importante ainda é o das práticas agrícolas, de substituir métodos rotineiros por práticas modernas e processos racionais de trabalho, pois através dessa substituição ob-

têm-se imediato aumento de produtividade.

Para que se processe mais rápida e eficientemente uma melhoria das práticas agrícolas no país, a Economia Rural deve colaborar com estudos que demonstrem a vantagem econômica de sua aplicação. É importante observar, todavia, que não se tratam de estudos específicos para resolver problemas econômicos especiais. Tampouco, se tratam de estudos com o objetivo de estabelecer os limites mais econômicos da intensificação de práticas agrícolas. O que nos parece mais importante é executar estudos que venham apenas confirmar o que já foi demonstrado experimentalmente em outros lugares e o que a prática usual de outros países demonstra constantemente: — que práticas normalmente indicadas pela moderna agricultura são economicamente mais vantajosas do que as práticas rotineiras. Mesmo entre os agricultores e criadores considerados adiantados e progressistas, há a preocupação de saber se compensa economicamente empregar uma técnica agrícola mais adiantada, como por exemplo, a de fazer rotação de culturas, mecanizar os serviços agrícolas, empregar adubo nos pastos, preparar silos etc. Julgamos, pois, que a economia rural no

Brasil deve dar prioridade aos estudos das práticas agrícolas.

2 — Reajustamento de produção

— A não ser o caso do café, que constitui problema a ser considerado separadamente, a agricultura do Brasil não sente ainda, em maior escala, os problemas de reajustamentos entre setores de produção. O problema da agricultura ainda é mais de técnica, do que de reajustamento. Todavia, à medida que a melhoria de técnica se generalizar em escala mais ampla, proporcionando um aumento geral de produção, é que surgirão os problemas dos reajustamentos. E nesse caso, pode-se prever que parte das atividades que hoje são dedicadas à produção de artigos para o mercado interno deverá ser transferida para as produções do mercado externo. A porcentagem da população agrícola que se dedica à produção de alimentos é ainda muito elevada e com a melhoria generalizada da técnica surgirão os aumentos de produções que farão com que os preços caiam a níveis menos satisfatórios. Posteriormente, num futuro ainda mais distante, quando ocorrer uma elevação da renda nacional é que deverão surgir os problemas dos reajustamentos das populações entre o setor agrícola e os setores não agrícolas.

3 — Desenvolver culturas que substituam parte da lavoura do café — O problema de super produção de café é extremamente sério para o Brasil. Forçado pelas circunstâncias, o Brasil mantém, no momento, um excedente de cerca de 60 milhões de sacas, com perspectivas de colheitas, no próximo futuro, muito superiores aos 16/17 milhões de sacas que exporta anualmente. O papel do café como elemento estabilizador da vida rural do Brasil e de outros países da América Latina, assim como o papel dêsses produto como fornecedor da receita câmbial, assume tal ordem de importância nêsses países, que não se pode, simplesmente, abandonar essa política e deixar que os preços caiam a níveis ínfimos. Seria um descalabro econômico de gravidade e de consequência difíceis de serem previstas. Para minorar êsse problema, as autoridades brasileiras precisam fomentar o desenvolvimento de culturas e criações que possam substituir o café e interessar os cafeicultores em eliminar seus cafêzais de baixo rendimento, substituindo-os por novas explorações. Isso deve constituir objetivo de Estudo da Economia Rural e exige projetos específicos de alta prioridade.

4 — Ampliar a produção de artigos exportáveis — O recente desenvolvimento econômico do Brasil e o crescimento vigoroso da indústria nacional impõem ao país a necessidade de importar volumes crescentes de máquinas, combustíveis e certas matérias primas de que o país não dispõe em volume suficiente. Também a melhoria da renda nacional contribui para aumentar a procura no exterior de artigos de consumo de alta qualidade ou luxo. A agricultura, por motivos vários, não tem aumentado a produção de artigos com que o Brasil possa concorrer no mercado internacional. E por isso, as exportações não têm acompanhado as exigências das importações, trazendo, como resultado, um desequilíbrio do balanço de pagamentos com efeitos diretos na desvalorização da taxa de câmbio.

Ampliar a produção de artigos exportáveis, de modo a permitir um equilíbrio do balanço de pagamentos, dentro das taxas atuais de câmbio, é pois uma necessidade imperiosa da economia brasileira. Aliás, essa necessidade de ampliar a produção de artigos exportáveis tende a crescer para o futuro, pois não se poderá manter o ritmo de desenvolvimento econômico, se não fôr incrementada a exportação; êsse

aumento de exportação, por vários anos ainda somente pode ocorrer em escala maior, através dos produtos agrícolas. Os estudos de economia rural devem, por conseguinte, considerar também com prioridade a importância de se desenvolver e de incrementar a produção eficiente de artigos que possam ser colocados no mercado internacional.

5 — Melhor aproveitamento das extensas áreas de savana e de florestas equatoriais

— Enorme área territorial do Brasil é coberta de savanas, com aproveitamento escasso por uma pecuária extensiva, ou de florestas equatoriais com um aproveitamento ainda menos intenso, de borracha nativa e outros produtos florestais. A população nessas regiões é muito escassa. Essas áreas dificilmente poderão ser aproveitadas com a exploração de culturas anuais; as savanas não se prestam a essa exploração, devido à pobreza dos solos em produtos minerais, o mesmo ocorrendo com as florestas devido não só à baixa fertilidade química dos solos, como também por estarem sujeitas a um regime de chuvas excessivas. Constitui problema fundamental do país o melhor aproveitamento dessas áreas, não somente com o objetivo de aumentar a produtividade dos que aí trabalham, como tam-

bém de abrir maiores possibilidades à população crescente do país, que aumenta em ritmo acentuado, numa taxa de 2,5% e que em 1980 já deverá estar na classe dos 100 milhões. Com base no exemplo de algumas explorações que obtêm sucesso nessas regiões, pode-se admitir que a pecuária poderia ser grandemente ampliada, principalmente nas regiões de campo e que as culturas de borracha e dendê, poderiam ser formadas racionalmente nas regiões de florestas. Os estudos de Economia Rural podem colaborar eficazmente nesse sentido.

6 — Reerguimento das regiões sub-desenvolvidas — O

desenvolvimento econômico do Brasil é muito desuniforme dentro das fronteiras do país. A região do Nordeste oferece um exemplo típico nesse sentido. Apesar de abranger área ponderável do território nacional e de se mostrar intensamente povoada, pois mantém 22,1% da população do país, a renda nacional dessa área no ano de 1959 era de apenas .. 148,0 bilhões de cruzeiros, muito inferior, pois, à renda de São Paulo e Estados sulinos, que alcançava cerca de 712,4 bilhões com 35,5% da população.

O desnível regional da economia brasileira constitui problema grave para o país,

com reflexos sérios sôbre sua unidade nacional e tem sido objeto de preocupação constante dos governos, tanto que já ficou estabelecido na própria Constituição Federal, que 3% do orçamento da União deve ser destinado à Comissão de Reerguimento do Vale Amazônico. Posteriormente, foram estabelecidas outras leis garantindo recursos semelhantes ao Nordeste e ao Vale do São Francisco.

O reerguimento das regiões menos desenvolvidas é um problema para o qual os estudos de economia rural podem também contribuir decisivamente.

7 — Reforma Agrária — As propriedades agrícolas no Brasil são, frequentemente, muito grandes, com aproveitamento apenas parcial de seus recursos. A porcentagem de terras não aproveitadas ou de aproveitamento inadequado, na forma de pastos improdutivos, é muito grande. A perspectiva de inflação e a ausência de um sistema enérgico de impôsto territorial, fazem com que o aproveitamento considere vantajoso manter as terras nessas condições, à espera de poder vendê-la posteriormente a preços mais elevados.

Não obstante essa relativa abundância de terra, as condições dos agricultores não-proprietários mostram-se mui-

to precárias. Os salários são baixos e os contratos de trabalho, parceria e de arrendamento são formulados em termos tais, que não dão aos trabalhadores a estabilidade desejada, assim como não oferecem estímulo para conservar os solos e benfeitorias e aumentar a produtividade do trabalho, empregando adubos, inseticidas e adquirindo máquinas e veículos. Impõem-se, portanto, o estudo das medidas que devem ser adotadas no sentido de melhor utilizar os recursos de mão de obra e de terras agricultáveis do país.

De outro lado, é preciso considerar a existência de uma grande classe empresarial de “fazendeiros”, muitos dos quais com habilidade de promover uma agricultura mais racional e eficiente. Devido ao nível baixo de instrução dos trabalhadores, a melhoria técnica da agricultura ainda se faz mais rapidamente através dêsses “fazendeiros”. São portanto, em princípio, duas as formas de se proceder a reforma agrária no país: através da reformulação dos termos de contratos de trabalho, parceria e arrendamento e, conjuntamente, da adoção de medidas legais que exijam dos proprietários a utilização agrícola adequada de suas terras; ou, através de subdivisão das propriedades grandes e formação

de pequenos agricultores, dando a estes assistência técnica e financeira para que façam uma agricultura eficiente.

É preciso que a Economia Rural estude esse assunto e que determine em que regiões do país deve-se adotar um desses processos ou ambos, e que considere ainda ao tratar desse problema, o fato especial das regiões ainda não exploradas mais distantes, de terras agricultáveis que devem ser ocupadas através de uma colonização oficial.

8 — Função Econômica do Governo — O Governo do Brasil é chamado freqüentemente a desempenhar uma série ampla de funções sociais e econômicas em suplemento às atividades particulares que muitas vezes se mostram insuficientes ou desinteressadas. Assim é que, em geral, cabe a ele dotar o país com parte dos elementos que caracterizam sua infra-estrutura econômica, tais como estradas, energia elétrica, navegação costeira, portos, estradas de ferro etc.; estimular as atividades empresárias, oferecendo aos interessados, financiamentos, estudos de projetos etc., e devido à grande desuniformidade econômica e social da população ainda se exige do Governo uma fiscalização mais enérgica nas atividades econômicas e a par-

ticipação mais ativa nos serviços de previdência e assistência social. E isso sem falar de sua participação ativa na política monetária, cambial e fiscal. No campo da agricultura, a participação do Governo é também marcante no ensino, nas pesquisas, no fornecimento do crédito, nos serviços de extensão, na fiscalização do comércio etc. São inúmeros os Institutos criados pelo Governo com o objetivo de promover uma política de assistência a produtos de maior importância. Impõe-se assim dar prioridade dentro do campo da Economia Rural, ao setor da Política Agrícola, a fim de suprir o Governo com informações e sugestões que permitam melhor executar suas múltiplas funções.

9 — Outros problemas — Outros problemas poderiam ainda ser citados, pertinentes aos setores dos preços e da comercialização, onde as atividades se conduzem através de métodos rotineiros e de forma bastante irregular, fazendo com que o funcionamento do sistema econômico deixe de alcançar um grau satisfatório de eficiência.

Relação das principais dificuldades

São muitas as dificuldades que impedem ou dificultam a realização dos estudos de Economia Rural no Brasil, o que obriga os pesquisadores a escolher os projetos e os métodos de estudo com maior cautela para que possam ser executados e concluídos e que apresentem resultados que atendam aos objetivos desejados. Entre essas dificuldades, destacam-se: —

1. — **Falta de pessoal habilitado** — São poucos os núcleos de pesquisas de Economia Rural no Brasil. Conforme demonstrou cabalmente o Prof. Nicholls em recente relatório (Agricultura em S. Paulo, Ano VIII, N.º 5 - Maio - 1961) é pequeno o número de especialistas nesse campo, assim como nos das ciencias correlatas: — Economia, Ciência Política, Estatística, Sociologia etc., que possa se encarregar do planejamento e da execução de um programa de pesquisa rural. Assim como é difícil encontrar auxiliares de nível universitário ou não, que possam se encarregar de trabalhos de rotina com segurança e eficiência, isto é, sem que os resultados por eles apresentados precisem ser novamente conferidos. (Erros, omissões e enganos, estão sempre presentes na execução desses traba-

lhos). Também não é fácil formar pessoal habilitado para esse tipo de trabalho. Não há propriamente falta de inteligência e cultura aos que a eles se candidatam. Falta-lhes mais é uma atitude científica, que os leve a testar freqüentemente suas observações pessoais e a conferir sempre os resultados de suas análises dedutivas. E não é fácil desenvolver esses atributos num país que ainda não tem tradição de pesquisa, e onde as escolas mantêm um sistema descritivo de ensino.

2. — **Falta de dados estatísticos** — A falta de certos dados estatísticos pertinentes ao campo da economia, assim como a existência de poucas pesquisas básicas, fazem com que se torne mais difícil e morosa a realização de uma pesquisa, pois exige-se uma série de trabalhos para que os dados sejam coletados e os fatos básicos devidamente apurados. Às vezes, os dados estatísticos necessários ao estudo já existem, mas encontram-se em fontes de difícil acesso, por falta de melhor entrosamento dos órgãos encarregados da sua coleta. A própria contabilidade mantida pelos agricultores, que constitui em outros países fonte valiosa de informações econômicas, principalmente para os estudos de “pro-

duction economics" raramente tem valor em nosso país, pois os agricultores que a mantêm o fazem exclusivamente para controle financeiro e não para análise econômica.

3. — Falta de ambiente favorável — Não se encontra, também, no Brasil, um ambiente favorável para a realização de trabalhos de pesquisa. Nem sempre se encontra interesse pelos trabalhos de pesquisas e pelos seus resultados. E quando é encontrado esse interesse e mesmo disposição para prestar auxílio financeiro, observa-se que frequentemente falta um conhecimento satisfatório quanto ao papel da pesquisa, isto é, o que ela pode oferecer e as limitações que acompanham seus resultados. Alguns ainda julgam que a pesquisa é um remédio para todos os males. Outros apoiam os trabalhos de pesquisa; enquanto os resultados confirmam a opinião que de antemão já tinham sobre as causas do problema.

Também por parte dos agricultores e comerciantes é pequeno o interesse pelos resultados das análises de micro-economia.

Os empresários não têm tanta preocupação com a racionalização e uso de mão de obra, com a economia de escala e com a combinação mais econômica dos fatores de pro-

dução disponíveis, como os empresários de países economicamente mais desenvolvidos. No Brasil é preciso ainda "vender" o resultado de uma pesquisa, procurando convencer o agricultor ou o homem interessado na comercialização, que aqueles resultados são bons e que eles poderão ganhar mais se mudarem a rotina e empregarem os métodos indicados pela pesquisa. Não há, pois, no Brasil, uma demanda satisfatória por informações objetivas que possa agir como fator de estímulo para os trabalhos de pesquisas no campo da Economia Rural.

4. — Predominância de fatores não econômicos — Não é fácil, também, proceder a prognósticos econômicos nas condições do Brasil. Além das incertezas naturais da economia, é preciso considerar que muitas soluções importantes da economia brasileira são feitas com base em julgamentos de caráter pessoal, de modo que nem sempre representam a determinante natural das forças econômicas. O preço em cruzeiro do café e do açúcar, assim como a ampliação ou retração do crédito são muitas vezes determinados por grupos de indivíduos que agem com base no conhecimento pessoal do que julgam seja melhor para o país. O mesmo em certos aspectos pode ser dito

a respeito das mudanças das taxas de câmbio que tanto refletem sobre os preços e os volumes de importação e exportação do país. Nesse caso, o economista que análise corre-

tamente as forças econômicas do país não tem possibilidade de prognosticar com acerto o desenvolver futuro de certos acontecimentos.

FINALIDADES, ESCOLHA DE MÉTODOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE PESQUISAS

Considerando a situação geral do Brasil, pode-se, a grosso modo, dizer que são três as finalidades principais que se deve procurar obter com as pesquisas de Economia Rural.

a) Atender aos agricultores e comerciantes, através dos serviços especializados, com informações objetivas sobre os problemas econômicos pertinentes à produção, organização, comercialização e preços dos produtos que interessam à agricultura.

b) Oferecer ao Governo interpretações e sugestões quanto à formulação de sua política.

c) Estabelecer modelos teóricos que melhor expliquem o funcionamento da economia agrícola nas condições do Brasil.

Na escolha dos projetos a serem estudados, é preferível dar prioridade às pesquisas que têm por objetivo as duas primeiras finalidades. A pesquisa teórica mostra-se de importância quando se faz necessário reformular certos conhe-

cimentos teóricos, a fim de torná-los mais coerentes com as condições gerais encontradas no País, a exemplo do que ocorreu no passado dentro da ciência econômica com o problema da proteção à indústria nacional e o que ocorre ainda agora com o problema do desenvolvimento econômico. Na Economia Rural poderiam, também, ser apontados exemplos nesse sentido, pois, nos países menos desenvolvidos a seleção de culturas ou a escolha de técnicas pelos agricultores, assim como o estabelecimento das margens de comercialização ou a decisão de investimento e poupança podem não ser governados pelos mesmos princípios dos países mais desenvolvidos, em que os agricultores e comerciantes se regem por interesses mais coerentes com a eficiência e o lucro. Todavia, esses estudos são de difícil execução e requerem uma técnica rigorosa para que se possa formular, com realidade, uma nova teoria. Não adianta executá-la, se não se

dispuzer de um "staff" de alto nível.

Quanto às pesquisas empíricas destinadas a atender aos dois primeiros objetivos, a necessidade do Brasil é muito grande; e naturalmente são de mais fácil execução do que as pesquisas teóricas. Em princípio, sua execução exige as seguintes etapas: a) - descrição do fato ou do problema a ser resolvido; b) - formulação de uma hipótese para explicar as causas do fato ou do problema, hipótese essa fornecida pela teoria; e, c) - o levantamento dos elementos apontados como responsáveis pela teoria a fim de comprovar se a frequência ou os valores com que se apresentam conferem com a hipótese formulada.

Para se obter alta precisão na pesquisa é naturalmente necessário proceder a um levantamento metuculoso do problema a ser estudado e dos elementos apontados como causa e ainda proceder a uma análise matemática cuidadosa, para ver se se mantém entre êles as relações formuladas na hipótese. O grau de precisão que convém ser obtido, todavia, depende da natureza do problema e dos objetivos que se tem em vista com os seus resultados.

De modo geral, deve-se ter por princípio, a preocupação de obter-se o maior rigor em

tôdas as fases do trabalho. Todavia, se considerarmos o tempo que se necessita para proceder a um levantamento de campo a fim de obter dados com o rigor que compense a aplicação de métodos matemáticos na análise de suas relações, e, se ponderarmos êsse tempo e essas dificuldades face à premente necessidade do Govêrno orientar-se na solução de problemas para os quais se tem necessidade de conhecer os fatores responsáveis mas não pròpriamente de medir com rigor a importância de participação de cada um desses fatores, chegamos à conclusão de que, muitas vêzes, se torna vantajoso para certos problemas proceder apenas uma análise sumária, em que o pesquisador, com base em seu conhecimento pessoal da situação, descreve o problema e concomitantemente aponta a existência dos fatores que a teoria corrente explica como sendo causadores. Para se proceder a essas análises sumárias, basta que o pesquisador reúna amplo conhecimento teórico e prático do assunto e que seja dotado de muito bom senso a fim de julgar os fatores relevantes na explicação do problema. Trata-se, sem dúvida, de um "approach" pouco científico à solução do problema, mas que pode apresentar resultados práticos de

valor. Através desse método pode-se atender à necessidade crescente de oferecer explicações aos inúmeros problemas da micro e da macro economia que afligem aos agricultores e aos órgãos governamentais responsáveis por suas soluções, e oferecer a ambos normas de ação em base mais positiva e real do que a que eles têm e que se baseiam em observações pessoais muitas vezes falhas, ou em mero "wishfull thinking". Aliás, esse processo de análise pode ser melhorado e pode-se torná-lo menos dependente do critério pessoal do observador. Pode-se, por exemplo, usar de um sistema de entrevista para levantar a opinião dos que trabalham com o assunto a ser estudado. Sabe-se que ocasionalmente encontram-se indivíduos com capacidade inata de "enxergar" as causas dos problemas, assim como, indivíduos capazes de "estimar" com acerto a frequência de um fato em observação. Através de um sistema de entrevistas pode-se, pois, obter informações satisfatórias.

Pode-se, também, desenvolver a técnica de selecionar informantes, de modo a escolher os que têm a capacidade de "enxergar" as principais causas e de "estimar" a frequência dos fatos. Inclusive seria de interesse desenvolver uma técnica para testar cienti-

ficamente o rigor dos resultados obtidos com essas informações, a fim de se medir o grau de rigor do levantamento.

Com referência à apresentação dos estudos, convém ter-se em mente que, para melhor atender ao objetivo das pesquisas empíricas, que é o de fornecer informações ao serviço de fomento e aos órgãos responsáveis pela formulação da política agrícola, impõem-se, principalmente no primeiro caso, que as determinações oriundas das pesquisas sejam acompanhadas de uma análise teórica mostrando os fatores que determinam esses resultados, a fim de que os agrônomos responsáveis pelo fomento possam melhor interpretar os resultados face à situação específica do agricultor que recebe assistência técnica.

Quanto à organização propriamente dita das pesquisas, a primeira questão que pode ser objeto de dúvida é se a mesma deve ser ligada ao Governo. São diversas as vantagens de tê-las separadas do Governo. Evita-se, em primeiro lugar, as possibilidades de uma interferência política na escolha de Diretores e mesmo nos resultados dos trabalhos apresentados, quando estes dizem respeito a questões que permitem especulações demagógicas como por exemplo as determinações de índices do custo de

vida e os estudos em geral do setor de política agrícola, em que se apreciam os programas em execução pelo Governo. A mobilidade no trato das questões administrativas e principalmente financeira é mais fácil nas organizações não governamentais, pois, como se sabe, o contróle e a burocracia dominantes nas organizações governamentais torna difícil e particularmente lento o manuseio das verbas, assim como a admissão e a dispensa de funcionários técnicos e administrativos.

De outro lado, a organização não governamental de pesquisa, nas condições atuais do Brasil, de escassez de técnicos e de pessoal habilitado, terá de lutar com dificuldades para organizar o seu "staff", pois êsses dão preferência à segurança dos empregos governamentais. Será necessário ao órgão não governamental estabelecer uma escala de salário muito superior ao estabelecido pelo Governo para conseguir formar seu "staff".

Outro aspecto de importância na organização dos trabalhos de pesquisa, é o que diz respeito à seleção das pesquisas a serem realizadas, assim como dos métodos a serem a-

plicados, isto é, do grau de rigor a ser dado à pesquisa. Reconhecemos a necessidade de ser estabelecida por um "board" de cúpula, a lista de prioridade dos estudos a serem efetuados. Pode-se, assim, orientar os estudos de acôrdo com a importância do problema a ser resolvido e não de acôrdo com a possibilidade de se obter resultados facilmente publicáveis, que é o critério naturalmente seguido pelos pesquisadores, quando têm a liberdade de decidir individualmente a êsse respeito. Todavia, não é fácil constituir um "board" com essa capacidade. Já nos referimos à dificuldade de se encontrar elementos dessa natureza entre a elite dirigente do país. Ademais, essa escolha exige pessoal não só de amplo descortínio dos problemas locais, como de amplo conhecimento teórico do assunto. Possivelmente a solução dêsse problema terá de ser feita através da constituição de grupos de trabalho formados inclusive com técnicos estrangeiros de alto gabarito com a função de estabelecer a enumeração das pesquisas a serem executadas e os "approaches" a serem adotados na execução das mesmas.

PROJETOS DE ESTUDOS DE ECONOMIA RURAL

Os estudos que devem ter prioridade, são os seguintes,

dentro dos diversos setores da Economia Rural:

I — Organização e Administração (Farm Management)

As propriedades agrícolas do Brasil apresentam-se muito variáveis quanto ao tamanho, tipo de explorações, técnica agrícola, disponibilidade de recursos e formas de organização e administração. De modo geral pode-se dizer que são mal administradas, que empregam técnicas de trabalho rotineiras, com índices baixos de produtividade e que, frequentemente, são propriedades grandes, permitindo ao proprietário exercer apenas a função de empresário, sem trabalhos manuais

Os projetos de estudo nesse campo devem ser de preferência, os seguintes:

I A — Estudos de Práticas Agrícolas, obedecendo, as seguintes fases de execução:

a) Obter, junto às Estações Experimentais, dados referentes aos aumentos de produção com o emprêgo das diversas práticas, nas diferentes condições de solo, clima e com as diferentes culturas e criações.

b) Determinar, junto às propriedades agrícolas, o montante de fatores gastos (input) com a aplicação dessas práticas, quando executadas pelos diferentes processos (Ex.: ara-

ção com tração animal ou mecânica etc.).

c) Confrontar as vantagens econômicas das práticas e dos processos considerados de uso alternativo.

Nas regiões de agricultura mais atrasada, o estudo deve incluir práticas bastante primárias. Deve, por exemplo, começar determinando a vantagem econômica de aplicar 2 arações em vez de uma, de usar arado de disco em vez de aiveca etc. Do mesmo modo, os processos a serem estudados também devem ser primários, como por exemplo, capina a enxada versus capina mecânica, tração animal versus mecânica etc. Ainda que os resultados dessas determinações venham apenas “provar o que já se sabe”, isto é, que não constituem pròpriamente novos ensinamentos, convém que as mesmas sejam realizadas para que os resultados sirvam como “demonstração” aos agricultores. Essas pesquisas fornecerão material valioso para que o serviço de fomento possa melhor convencer os agricultores a substituir suas práticas e seus processos rotineiros de trabalho.

Os dados necessários a esses estudos, referentes ao "output" obtido com emprêgo de diversas práticas e processos, devem ser obtidos juntos às Estações Experimentais, como foi dito anteriormente. Quanto ao dispêndio de fatores (input), podem ser obtidos por entrevistas junto a um certo número de propriedades agrícolas que executam as práticas que se desejam estudar. Dados mais rigorosos podem ser obtido através de anotações diárias em cadernos especiais, mantidos junto aos agricultores.

Tendo-se em vista que o objetivo principal desses estudos é fornecer elementos de demonstração para os agricultores, não há necessidade que as determinações do tempo gasto nas diversas operações sejam muito precisas. Não há necessidade de se proceder a determinações rigorosas como as efetuadas nos estudos de "tempo" e movimento". Enquanto essas operações forem utilizadas somente por pequeno número de agricultores, não haverá interêsse em dispender maiores esforços para estudar a melhor forma de executá-las. Apenas no caso do trabalho dos tratores e das máquinas moto-mecanizadas é que se torna conveniente proceder a um estudo mais detalhado, com o objetivo de determinar o ín-

dice de rendimento nas condições de trabalho das diversas regiões do país, pois os índices ora usados em geral, provêm de outros países em que as condições de trabalho são diferentes.

I B — Estudo de Intensificação das Práticas Agrícolas.

A intensificação dos adubos, do arraçoamento do gado etc., deve ser estudada nas mesmas linhas do estudo I A. Obtém-se os dados referentes aos outputs, junto às experiências de campo controladas, dos Institutos Experimentais; e os dados de input, através de informações obtidas nas propriedades agrícolas que adotam essas práticas. Com esses elementos determina-se, na base dos preços correntes, o ponto mais lucrativo de intensificação.

I C — Estudos das Melhores Combinações de Culturas, de acôrdo com as seguintes fases:

a) Determinar junto às propriedades agrícolas o gasto de fatores (input), durante o ano, com as diversas culturas e criações que empregam práticas e processos considerados satisfatórios.

b) Relacionar as produções (output) e os preços de venda (prováveis) das diversas culturas e criações.

c) Proceder, com esses

dados, à síntese da combinação de culturas e criações que permitam a maximização de lucro.

É freqüente no Brasil os agricultores deixarem inaproveitadas ou incultas parte de suas terras, à espera de melhores condições para cultivá-las. Convém, pois, que na execução dêse estudo seja incluída a área inaproveitada, como uma das variáveis independentes do problema. Dêse modo, poder-se-á demonstrar economicamente um fato que não obstante primário, é de importância incontestada para a agricultura do Brasil: que o aumento de renda dos agricultores depende primeiramente do aumento das culturas e criações, através da utilização das áreas inaproveitadas.

Na realização dêse estudo, deve-se, dar preferência às regiões para as quais se planeja um programa de reerguimento, como é, por exemplo, o caso das regiões de café de lavouras menos produtivas, e que devem ser substituídas por outras explorações. Deve-se, também, dar preferência às regiões nas quais existe um corpo de agrônomos de fomento trabalhando junto aos agricultores.

Os dados referentes ao input são obtidos preferivelmente junto a um grupo de agricultores selecionados que quei-

ram manter anotações diárias em livros especiais. Ou então pelo método de entrevistas em que os agricultores prestam informações com base em suas experiências e observações pessoais. Para o fim a que o estudo se destina, que é, principalmente fornecer elementos para que os técnicos de fomento melhor orientem os agricultores na escolha de culturas e criações, não há maior inconveniente que os dados sejam menos rigorosos, isto é, obtidos através de entrevistas junto aos agricultores.

Com os elementos básicos assim obtidos, deve-se aplicar o método do "budgeting" a fim de sintetizar a combinação mais lucrativa. Nas regiões em que a agricultura se mostra mais comercial e utiliza mais intensivamente os fatores de produção, aconselha-se a aplicação da "programação linear", para se chegar a essa determinação.

Com o prosseguir dos estudos, é de todo conveniente que se obtenham dados básicos de input e output cada vez mais representativos, pois trata-se de uma informação fundamental que deverá ser usada posteriormente em outros estudos e determinações mais complexas.

A aplicação dos "surveys", nos quais, através de um levantamento feito em uma a-

mostra de propriedades representativas da região, procura-se relacionar os valores das rendas líquidas com as proporções em que as culturas e criações são combinadas, oferece possibilidades limitadas no Brasil, devido à pouca uniformidade das regiões agrícolas e, como já foi dito anteriormente, ao fato de não se encontrar com a frequência necessária, um grupo de propriedades que adotem uma combinação considerada satisfatória, de culturas e criações.

I D — Levantamento Geral das Atividades Agrícolas de uma Região, obedecendo às seguintes fases de execução:

a) Descrever as propriedades agrícolas, quanto ao tamanho, técnica agrícola, uso da terra, contratos de trabalho etc.

b) Delimitar as áreas da região que apresentam os mesmos "tipos de exploração" (type of farming).

c) Proceder ao cálculo da renda agrícola nas propriedades de uma sub-amostra de cada área.

d) Proceder à análise, determinando os fatores responsáveis por essa renda.

Esse estudo tem finalidades múltiplas, como sejam: proceder a um levantamento geral dos problemas econômicos da agricultura de uma re-

gião; delimitar suas áreas agrícolas; determinar índices de produtividade nas diversas práticas e explorações e calcular a importância desses índices na renda da propriedade.

Quanto à metodologia, o estudo comporta métodos de diferentes graus de rigor. A descrição das propriedades e das atividades agrícolas pode ser feitas através de um "survey" em que se estudam as propriedades de uma amostra representativa, classificando as terras quanto ao uso atual e sua capacidade de uso e descrevendo os contratos de trabalho e parceria.

Esse estudo também pode ser feito de forma mais sumária, em que a descrição da região é feita com base nas observações pessoais do pesquisador, obtidas em visitas à região e através de entrevistas com pessoas conhecedoras da região.

Com esse método pode-se chegar a uma descrição satisfatória da região e a uma delimitação de suas áreas, de modo a se poder prosseguir na fase mais importante do estudo que é a retirada de uma amostra de propriedades das principais áreas de "tipo de exploração" a fim de determinar a renda dos agricultores e proceder à análise de fatores determinantes dessa renda.

A análise dos fatores de-

terminantes da renda pode ser feita por processos simples, como seja, através de uma série de tabelas de dupla entrada, ou por processos mais complicados, em que se determina numéricamente a importância do fato, pelo estabelecimento de uma função de produção, ficando a escolha entre ambos dependendo da precisão dos dados obtidos nos levantamentos.

Torna-se de maior conveniência que se determinem os índices de produtividade das diversas práticas agrícolas e que se determine a importância desses índices na renda das propriedades. Dê-se modo, pode-se, posteriormente, com base na importância desses índices, analisar a propriedade dos agricultores interessados e sugerir metas e medidas que os conduzam a um aumento de renda.

I E — Outros Estudos — Outros estudos poderiam ainda ser executados no campo de Organização, como por exemplo, o **“levantamento das condições de trabalho e de produtividade rural”**. Sabe-se que a produtividade física do operário rural é em geral muito baixa e que é elevada a porcentagem de famílias que vivem como **“agregadas”** nas propriedades agrícolas, principalmente em certas regiões do Brasil, trabalhando apenas al-

guns dias por semana. A realização de um **“survey”** junto a uma amostra representativa de propriedades a fim de descrever em termos quantitativos a existência desse fato, avaliando o prejuízo que isso significa para a renda nacional, serviria para alertar as autoridades competentes sobre a gravidade do problema e a necessidade de se adotarem medidas corretivas, quer no campo da reforma agrária, quer no da ocupação racional das áreas agrícolas inabitadas de que o Brasil ainda dispõe. Aliás, tanto a reforma agrária como a colonização, para serem efetuadas com sucesso, exigem detalhados estudos no setor da organização e administração rural, que devem ser executados tão logo os poderes públicos se decidam a realizar essa reforma ou essa colonização.

Nos estudos acima enumerados, não se faz referência ao problema do tamanho das propriedades. O Brasil conta com uma porcentagem muito elevada de propriedades de grande tamanho e pouca produtividade. A existência dessas propriedades, assim como os reflexos que as mesmas exercem sobre a rentabilidade de nossa agricultura, podem ser apontados e devidamente avaliados nos estudos IB e IC. Todavia, não se propõe um

projeto especial para a determinação do melhor tamanho ou para o estudo da economia de escala.

Nas condições do Brasil, em que, de modo geral, são insatisfatórias as técnicas empregadas pelas propriedades agrícolas o estudo da economia de escala é mais difícil de ser realizado. As determinações do melhor tamanho através do exame da eficiência das propriedades seria também de interesse limitado, pois é difícil determinar se o decréscimo que porventura ocorre após um

certo tamanho, tem por causa fatores intrínsecos a esse tamanho ou se se deve apenas a uma questão de falta de técnica agrícola nas propriedades examinadas. Julgamos pois, que a realização desse estudo somente será indicado nos casos em que os órgãos públicos queiram promover a colonização de determinadas áreas. Nesse caso impõe-se o estudo do tamanho dos lotes que melhor atendem às disponibilidades de mão de obra de uma família de colonos de tamanho médio.

II — Comercialização (Marketing)

É muito variável a técnica adotada na comercialização dos produtos agrícolas do Brasil. Para alguns produtos e em certas regiões, a comercialização acha-se bem organizada, com quase tôdas as facilidades que caracterizam uma comercialização racional: produtos padronizados, sistema de classificação obrigatório, armazéns adequados, bolsas, mercado a termo, financiamento, normas racionais de compra e venda etc. Para outros produtos, todavia, como cereais e a maioria das frutas e legumes, a comercialização acha-se em estágio menos satisfatório; os produtos são heterogêneos, o sistema de embalagem é inadequado, os métodos de processamento e distribuição arcái-

cos e os comerciantes gozam de maiores elementos monopolísticos. Como resultado, mostra-se baixa a eficiência física da comercialização e elevadas as margens de lucros obtidos pelos intermediários, assim como se mostram instáveis e sujeitos a flutuações violentas, os preços em geral desses produtos.

A medida que se distancia dos centros mais civilizados, o processo de comercialização torna-se mais precário e chega mesmo a se tornar bastante primitivo, em que os compradores dos produtos agrícolas são também vendedores de bens de consumo e financiadores da produção.

A comercialização pelas cooperativas tem se desenvol-

vido com sucesso em certas regiões e para certos produtos.

Os projetos de estudo que devem ter preferência, nesse campo, são os seguintes:

II A — Estudo Geral da Comercialização dos Principais Produtos, abrangendo as seguintes fases:

a) Descrever os canais da comercialização e os processos usados nas diversas fases ou segmentos da comercialização.

b) Determinar, em cada fase, o custo das operações, a margens de preços e o grau de eficiência do serviço (inclusive quanto ao prejuízo na qualidade do produto).

c) Proceder à análise dos elementos assim obtidos, procurando determinar: 1) — os processos economicamente mais vantajosos, nas diversas fases; 2) — os fatores determinantes do custo, da eficiência e das margens de preços de cada processo e 3) — a importância com que os custos de cada fase participam no custo geral da comercialização.

É importante promover a realização desses estudos, pois os mesmos podem oferecer normas e indicações valiosas para que as firmas procedam à melhoria de seus métodos de trabalho. Também oferecem normas para os poderes públicos promoverem essa melhoria, através de regulamentos mais

enérgicos, promoções do emprego de melhores métodos e mesmo através da educação geral dos consumidores, ensinando-os a exigir produtos melhor comercializados.

As duas primeiras fases de estudo podem ser executadas conjuntamente. Descrevem-se os canais de encaminhamento do produto desde o produtor até o consumidor, ao mesmo tempo em que se calculam os custos das diversas operações, assim como dos processos alternativos de execução dessas operações e determina-se o reflexo desses processos na qualidade do produto comercializado. Essa descrição deve de preferência ser efetuada em termos quantitativos, determinando-se o volume do produto que passa nos diferentes processos a fim de que se possa melhor avaliar a importância de suas falhas e melhor julgar sobre a vantagem de se adotar diferentes processos de trabalho. Não sendo possível proceder a um levantamento estatístico rigoroso, deve-se procurar esses elementos quantitativos junto aos comerciantes através de entrevistas pessoais. Sempre se encontram comerciantes que mantêm um conhecimento razoável do volume de mercadorias que são comercializadas pelos diferentes processos. A determinação dos custos das operações pode

ser feita com base em algumas firmas apenas, que se disponham a fornecer os dados. Não há necessidade de se determinar o custo médio das firmas que operam no mercado. A análise dos dados de custo fornecida por algumas firmas, já pode fornecer elemento de valor para se apontar falhas e sugerir medidas. Deve-se aproveitar da possibilidade que oferecem as Cooperativas para uma determinação rigorosa dos custos das diversas operações.

II B — Estudo da Comercialização no Setor da Exportação, obedecendo às seguintes normas:

a) Descrever as operações exigidas na comercialização dos produtos exportados; processamento embalagem, classificação, transporte, armazenamento, carga e descarga no pôrto etc., determinando os custos, a eficiência das operações etc.

b) Descrever e apreciar os regulamentos, as taxas, atestados e demais formalidades exigidas na comercialização e na exportação desses produtos.

c) Descrever e analisar os processos de compra e venda entre o exportador nacional e o importador de outro país, incluindo formas de pagamento, fechamento de câmbio, distribuição de despesas, financiamento etc.

Devido à importância que assume a exportação para a economia do Brasil, convém adotar um projeto especial de estudo a fim de se poder sugerir normas que facilitem o processo. São famosas as dificuldades nesse setor, devido à complexidade das exigências burocráticas e impõe-se tornar o processo mais racional e operante.

II C — Outros Estudos Específicos da Comercialização.

A comercialização dos produtos adquiridos pelos agricultores, como adubo, inseticidas e máquinas, devem também ser objeto de investigações especiais.

Na execução desses estudos, uma das preocupações deve ser a determinação da margem de comercialização cobrada pelas firmas, a fim de que os poderes públicos possam adotar medidas legais para evitar abuso, como estimular entre os agricultores a criação de cooperativas para adquirir o produto.

As instituições auxiliares de comercialização, como bolsas, companhias de seguros, bancos de crédito etc., também devem ser objetos de estudos com o objetivo de corrigir suas falhas e fazer com que funcione satisfatoriamente; e no caso de não existir a instituição, impõe-se também estu-

dar a sua criação, procurando determinar o tipo e a forma de organização que melhor atenda às características do mercado local.

Quanto aos serviços auxiliares de comercialização, como os de classificação, inspeção e "Market news", a situação é mais ou menos semelhante: muitas vezes esses serviços existem mas não funcionam a contento; outras vezes não existem, não obstante o volume do mercado já exigir a sua existência, como é o caso por exemplo do serviço de "market news" que até hoje não foi criado nos Mercados Centrais de São Paulo e do Rio.

Por último, é preciso considerar as demais instalações que contribuem para uma comercialização eficiente, como são os armazens, frigoríficos,

silos etc. De modo geral, os mercados no país não se acham bem aparelhados nesse sentido. Impõe-se determinar a contribuição que essas instalações podem trazer para a melhoria de comercialização, estudar objetivamente o tamanho e o local em que devem ser construídas, assim como a forma como devem ser administradas. É de se notar que a construção desses imóveis num mercado estreito pode não constituir uma atividade lucrativa de per si, mas apresenta muitas vantagens na forma de economias externas, inclusive permitindo aos agricultores o melhor aproveitamento de seus recursos na produção de artigos que não poderiam ser produzidos não fôsse a existência dessas facilidades.

III — Mercados (market structure)

Quanto à estrutura, também são muito variáveis os mercados do Brasil. No mercado do algodão, por exemplo, o grau de concentração é muito elevado, com algumas poucas firmas adquirindo o produto do agricultor, beneficiando-o e encaminhando-o para a exportação ou para as indústrias têxteis locais. Existem certas vantagens na concentração do mercado em países pouco desenvolvidos. Sômen-

te assim pode-se esperar que a comercialização global de um produto se processe dentro de alta eficiência física, pois, sofrendo o país escassez de capital e de empresários capazes, não é de se esperar, quando o mercado se acha dividido entre muitas firmas, que todos disponham de capital e habilidade empresarial para proceder a uma comercialização racional. Mas há sempre um perigo sério nessa concentra-

ção, que é o de deixar o mercado sujeito a manipulação lesiva aos produtores e consumidores, tanto no setor dos preços, como no da promoção de grandes aumentos de produção, que acaba por não ser de interesse real para os produtores.

De outro lado, também se encontra, em alguns mercados, o problema inverso, ou seja um número excessivo de pequenas firmas comercializando o produto e disputando entre si a preferência dos consumidores. A eficiência física da comercialização nessas condições é em geral muito baixa, pois, faltam a essas pequenas firmas recursos materiais e instalações adequadas e, por conseguinte, não obstante a acirrada competição entre essas firmas, as margens de comercialização não podem descer a níveis baixos. Aliás, esse defeito é freqüente nos mercados a varejo e reflete a situação de abundante mão de obra e salários baixos que faz com que sempre se encontre pessoal para trabalhar e viver de atividades pouco produtivas e mal remuneradas.

Os estudos de mercado que devem preferivelmente ser executado, são os seguintes:

III A — Estudo da Estrutura dos Mercados, dentro das seguintes fases:

a) Determinar o número

de firmas que operam no mercado e o volume de negócios de cada uma.

b) Determinar os custos de operações e as margens de lucro dos diferentes tipos de firmas.

c) Estudar a política de vendas e de estabelecimento de preços das principais firmas.

d) Analisar as causas que impedem ou dificultam a entrada de outras firmas.

Não é fácil obter dados positivos para esse estudo. As grandes firmas não se prestam a responder perguntas referentes às suas atividades. No caso das sociedades anônimas, o exame dos balanços financeiros anuais e das atas de constituição das companhias, que são obrigatoriamente publicadas na imprensa, fornecem material de valor quanto aos resultados financeiros e quanto às ligações das diferentes companhias em grupos financeiros.

Quanto a política de vendas e de preços adotada pelas grandes firmas, impõe-se constata-las por processos indiretos, estudando os preços e as margens de comercialização em diferentes lugares e em diferentes condições de mercado. O mesmo ocorre com as informações pertinentes ao custo e renda dessas firmas. Com referência aos métodos através dos quais as firmas grandes

impedem a entrada de concorrentes, é preciso ter-se em mente que são diversos êsses métodos e que todos êles deverão ser investigados. Além dos processos clássicos, como a discriminação de preços e diferenciação de produtos, há outros de uso mais local como é o caso do Mercado Central de São Paulo, onde a limitação de área fornece às firmas que aí se acham instaladas uma segura e cômoda posição monopolística. Outras vêzes, como ocorre com o algodão, as grandes firmas desenvolvem a integração vertical, da comercialização, adquirindo o produto dos agricultores, beneficiando-o e exportando-o e operando ainda, indústrias relacionadas com o produto (óleo, ração, adubos etc.) de modo que ficam isentas dos impostos de vendas e consignações e podem assim adquirir a matéria prima a preços capazes de alijar do mercado os compradores independentes.

III B — Estudo da Instalação de Novos Mercados Centrais — As fases do estudo são as seguintes:

a) Descrever e analisar o Mercado Central, em existência tendo em vista: 1) as características do imóvel, isto é, tamanho, número de firmas, facilidades existentes para a comercialização etc; 2) as for-

mas de comércio, isto é, de quem as firmas compram, para quem vendem e como vendem; 3) o volume de comércio, isto é, determinar o volume de mercadorias por classe de produtos comercializados no local durante os diversos meses do ano; 4) o custo da comercialização, margem de preços e eficiência física da operação.

b) Analisar, posteriormente, as causas que determinam a existência das atuais normas de transação no Mercado Central, assim como as que delimitam o volume, impedem a melhoria da eficiência e elevam a margem de comercialização.

c) Discriminar e analisar o mercado atacadista que opera na cidade fora da área delimitada no Mercado Central, (seguindo mais ou menos as linhas estabelecidas para o estudo do Mercado Central).

d) Apreciar, com base nas análises acima mencionadas, as mudanças que deverão ocorrer nas normas e no volume das transações, após a criação de um novo Mercado Central.

e) Delinear, com base nas informações acima, as características que devem prevalecer para o novo mercado quanto à área, tipo e tamanho das instalações, forma de administração etc.

De um modo geral são muito precários os mercados centrais das grandes cidades no Brasil. Com o rápido crescimento urbano, o local e as instalações do Mercado Central ficam obsoletos, tornam-se ineficientes e fornecem um elemento de monopólio aos que ali já se acham instalados, uma vez que sua área fica comprimida dentro da cidade e não pode-se estender para permitir a entrada de novas firmas ou para comercialização de maior volume de mercadorias. Impõe-se, então, a construção de um novo mercado em outro local, o que exige estudos especiais para se determinar os tipos das instalações a serem construídas, o tamanho das mesmas, assim como as normas e os regulamentos que devem ser adotados em seu funcionamento. Ainda que os poderes públicos não estejam dispostos a efetivar a mudança, o estudo nas bases acima estabelecidas, servirá para alertá-los quanto à existência do problema, pois fornece elementos para se avaliar os reflexos de um mercado inadequado sobre a economia dos produtores e dos consumidores.

Não é fácil obter os dados para este estudo através de levantamento estatísticos em que se examinam as condições de uma amostra de firmas re-

presentativas das que operam no mercado. Estas nem sempre concordam em fornecer informações pertinentes às suas atividades comerciais. Todavia, através de entrevistas pessoais de certo modo informais, pode-se estabelecer um quadro aproximado do volume e do tipo de transações. Ademais, como as operações são geralmente conduzidas em lugares públicos ou abertos aos interessados, torna-se possível aos pesquisadores, através de observações constantes, em horas diferentes do dia e épocas diferentes do ano, chegar a uma estimativa razoável do volume de mercadorias trabalhadas pelas diversas firmas. As questões referentes aos processos de comercialização, isto é, "de quem compram, como compram..." podem ser obtidas através de um inquérito formal junto aos comerciantes que não se negam a responder a questões dessa natureza. Nas determinações do custo e de margem, deverá o pesquisador limitar-se ao estudo de poucas firmas que se prestam a fornecer estas informações. O custo das cooperativas, que pode ser determinado com precisão, fornece um elemento comparativo de grande valor para o estudo. Na análise das causas que delimitam o volume e impedem a melhoria da eficiência, é preverível que se

examinem, de preferência, aquêles fatôres que se mostram diferentes nos dois mercados, assim como aquêles que podem ser corrigidos no novo Mercado Central, tais como, limitação de área, inexistência de frigorífico, congestionamento de tráfego etc.

III C — Outros Estudos de Mercado

A preferência dos mercados, para os produtos de maior importância também deve ser objeto de pesquisa. Pode-se determinar essa preferência a-

través dos ágios e deságios pagos aos diferentes tipos, formas de apresentação e de embalagem do produto, assim como através das flutuações de preços que ocorrem em diferentes épocas do ano devido à entrada no mercado de produtos concorrentes. Com os elementos assim obtidos, pode-se orientar os produtores ou os órgãos controladores da produção, quanto às medidas que devem ser tomadas para obter melhores preços e maior volume de venda.

IV — Preços

É de grande importância o estudo dêsse setor no Brasil. Os preços estão em geral sujeitos a grandes flutuações no tempo e no espaço, devido às falhas de estrutura dos mercados que permitem não somente manter as diferenciações indevidas como, muitas vêzes, facilitam as manipulações especulativas.

Não obstante essas anomalias, os produtores se mostram muito conscientes do problema dos níveis de preços. Desde que não consideram devidamente a melhoria da eficiência como objetivo importante de suas atividades, precisam-se voltar para o problema dos preços, pois dêle passam a depender suas possibilidades de maior renda líquida. E tão por isso mostram-se prontos a exigir dos poderes públicos

providências especiais, sempre que caem os preços dos produtos que vendem. Aliás, observa-se que os agricultores no Brasil, mostram-se mais dispostos a lutar pela elevação dos preços dos produtos que vendem do que pela manutenção dos preços dos artigos que compram. Possivelmente a razão se encontra no fato dos agricultores de representação no Brasil, serem somente os que dispõem de propriedades de tamanho médio e grande, e dêsse modo agem como empresários e empregadores de mão de obra, sentindo, menos, portanto, os efeitos de desajustes de preços e salários.

Os estudos dos preços devem ter por objetivos, explicar as causas de suas flutuações e sugerir medidas para promo-

ver uma estabilização adequada.

IV A — Análise dos fatores determinantes dos preços

a) Coletar os preços nos mercados mais representativos.

b) Investigar a existência de flutuações excessivas na época da colheita, assim como as flutuações cíclicas e as tendências seculares.

c) analisar os fatores determinantes das demais flutuações. (ocasionais)

Na execução dêsse estudo é preciso considerar que os preços de atacado dos principais produtos agrícolas são normalmente divulgados pelas Bolsas oficiais do País. Os preços pagos pelos consumidores nas principais capitais são também coletados e divulgados por órgãos oficiais. Os preços recebidos pelos produtores são coletados oficialmente apenas no Estado de São Paulo.

No estudo das flutuações dos preços, assim como na determinação dos fatores responsáveis, usa-se a técnica estatística recomendada. Constatando-se flutuações excessivas na época da colheita, bem como as flutuações sazonais anormais, examina-se o assunto a fim de ver se há possibilidade de evitá-la ou torná-la mínima. Procurar-se-á, então, de-

terminar se são provocadas por escassez de armazéns, insuficiência de crédito, falta de transporte, ausência de indústrias que possam aproveitar os excedentes na época da safra ou então se são devidos à retração especulativa dos intermediários.

Adotando-se a técnica de correlação, analisam-se as demais flutuações residuais, procurando-se estabelecer a responsabilidade de diversos fatores que normalmente são apontados como causadores das variações acidentais de preços, tais como: — volume de produção, exportação, estoques, nível de renda dos consumidores, posição dos produtos concorrentes etc.

Não se mostrará tarefa fácil, após a realização desses estudos, instituir um serviço de previsão de preços, pois há sempre, no Brasil, muitos fatores não econômicos influenciando os preços, e para certos produtos como o café e o açúcar, há ainda o fato de seus preços em cruzeiros dependerem em grande parte da decisão pessoal do responsável ou dos responsáveis pelos órgãos que os controlam.

IV B — Estudo das margens de preços entre mercados diferentes para o mesmo produto.

a) coletar os preços nos diferentes mercados;

b) determinar as margens e as flutuações que ocorrem num dado período;

c) analisar os fatores responsáveis por essas diferenças.

Na coleta de dados e análise do problema adotam-se a mesma técnica mencionada para o caso IV A.

Através desses estudos, pode-se também apontar as deficiências da comercialização e existência de possíveis manipulações nos diferentes mercados.

As margens de preços entre as diferentes qualidades ou tipos do mesmo produto, no mesmo mercado, também pode ser objeto de estudo semelhante, fornecendo elementos para que se oriente o agricultor na escolha das variedades, na forma de colheita e no preparo do produto.

IV C — Outros estudos do setor de preços

Para os produtos de mais importâncias convém relacionar as quantidades consumi-

das, com as respectivas variações de preços, de modo a se determinar a curva de demanda dos produtos e o grau de elasticidade dessas curvas.

O estudo interessa principalmente os produtos sobre os quais os órgãos oficiais mantêm controle de produção, como é o caso do café e do açúcar. Através desses estudos, os órgãos poderão estabelecer uma política de produção ou de preços que melhor atenda aos interesses da economia desses produtos e do País.

Do mesmo modo, a regulamentação pertinente ao estabelecimento de preços mínimos, assim como a da fixação de preços máximos, devem ser objeto de estudos especiais a fim de se poder sugerir quanto aos níveis em que devem ser estabelecido, isto é, que atendam as finalidades estabelecidas pelos órgãos controladores. E também quanto aos inconvenientes que essas medidas possam trazer para os produtores e os consumidores.

V — Política Agrícola

É um dos setores de estudo de maior interesse, devido à participação que o Governo é obrigado a ter no encaminhamento das questões agrícolas. Aliás, na introdução deste trabalho, foi feita referência especial a esse fato.

Ao se tratar dos problemas específicos, nos outros setores da Economia Rural, procurou-se sempre incluir como finalidade das pesquisas, a formulação de medidas para solução desses problemas. Entra-se, assim, no domínio da

política agrícola. Todavia, na formulação daquelas medidas, procurava-se apenas atender a solução do problema em pauta. Não se indagava da importância do mesmo para a economia nacional, e tampouco se sugeriam medidas diferentes daquelas que o Governo está acostumado a adotar.

Para se ter um programa mais efetivo em favor da agricultura, impõe-se um trato diferente às questões de Política Agrícola. Impõe-se avaliar a importância do problema para a economia nacional e, ao se sugerir medidas, impõe-se, em certos casos rever essa posição do Governo, que é em geral aceita tácitamente, e indagar se os fundamentos filosóficos em que se baseiam não devem ser revistos e reformulados de modo a se permitir que o Governo adote medidas diferentes e mais coerentes com a gravidade do problema.

Essa é uma das funções das pesquisas do campo da Política Agrícola. A realização de estudos dessa natureza não é fácil e não pode ser executada sem a assistência de um staff altamente capacitado.

No setor de Política Agrícola incluem-se ainda os problemas macro econômicos da agricultura, em que se estuda a economia da agricultura em seus valores agregados e se sugerem soluções de interesse co-

letivo. Como exemplo de estudos dessa natureza devemos citar os seguintes, para os quais damos prioridade:

V A — Análise macro-econômica da agricultura, dentro das seguintes faces:

a) determinar a situação econômica e social em que se encontra o setor da agricultura;

b) avaliar a importância desse setor na economia nacional;

c) definir os objetivos (ou metas) para a agricultura, que convêm à economia nacional, (isto é, a situação econômica e social que deve ser alcançada pela agricultura).

d) analisar as causas que impedem que a agricultura alcance êsses objetivos.

e) sugerir medidas.

A situação econômico-social da agricultura deve ser determinada através de um confronto com os demais setores, no que diz respeito aos salários, condições de vida dos trabalhadores; níveis de produtividade das explorações; custos de produção e da renda líquida dos empresários; situação da produção face às exigências do mercado etc. Nessas determinações deve-se ter em mente apurar tanto os valores médios, como a variabilidade desses valores, a fim de determinar se a situação não mostra sérios desajustes regionais; de-

ve-se também determinar a situação dos preços tanto nos mercados internos como no de exportação, pois, muitas vezes, os preços se mostram remuneradores no mercado interno, mas sem possibilidade de ampliar a exportação por se encontrarem em níveis superiores aos do mercado mundial.

Para avaliar a importância da agricultura na economia nacional é preciso considerar questões de diversas natureza, tais como: participação da agricultura na renda nacional; contribuição de seus produtos para a exportação; sua participação na poupança nacional; sua importância como mercado consumidor dos produtos da indústria nacional; porcentagem da população total do país engajada em suas atividades; seu papel como fator de estabilização social e como elemento de ocupação do território nacional etc. Certas questões mais complicadas, pertinentes a essa fase do estudo, como por exemplo a importância da agricultura no desenvolvimento econômico do país, devem ser tratadas como projeto especial.

Essas determinações, assim como as mencionadas na primeira fase do presente estudo, devem ser mantidas atualizadas de modo a permitir a construção de séries que poderão posteriormente ser conju-

gadas em índices ou indicadores econômicos para melhor medir a situação. A construção desses índices constitui outro projeto especial de estudo.

Ao se estabelecerem as metas a serem alcançadas pela agricultura é necessário considerar, entre outros, os seguintes elementos: produtividade, volume de exportação, nível de vida do agricultor etc. Na quantificação desses objetivos, deve-se ter em conta tanto a importância do problema para a economia nacional, como a possibilidade dos mesmos serem alcançados com os recursos disponíveis. Esse trabalho exige do pesquisador habilidade especial, além de conhecimentos teóricos e práticos para ponderar devidamente todos esses elementos.

As análises das causas que impedem que esses objetivos sejam alcançados, devem ser realizadas por especialistas dos demais setores da Economia Rural, sob orientação, porém, do setor de Política Agrícola, que poderá melhor dizer dos fatores a serem investigados, uma vez que cabe a esse setor dizer das possibilidades de se poder influenciar os diversos fatores através de uma ação do Governo. Como é amplo o "range" de medidas que podem ser tomadas pelo Governo na solução de um problema, algumas mais liberais, outras

mais enérgicas, exigindo maiores sacrifícios da coletividade ou de um grupo desta, cabe ao pesquisador do campo da política agrícola, ao sugerir as medidas para a solução do problema, ponderar devidamente entre a vantagem de se ter o problema resolvido e os inconvenientes de se ter medidas mais enérgicas postas em execução.

Posteriormente, conviria ainda acompanhar a solução do problema, estudando os resultados conseguidos com as medidas aplicadas, assim como os reflexos em outros setores a fim de se poder corrigi-la na medida das necessidades e possibilidades.

Estudos semelhantes e dentro das mesmas linhas devem ser executados para as diferentes regiões do país. Como já foi dito na introdução deste trabalho, a economia brasileira é muito desuniforme do ponto de vista geográfico, existindo muitas regiões-problemas e diversos órgãos encarregados dos problemas regionais, que se interessam por estudos dessa natureza.

V B — Papel da agricultura no desenvolvimento econômico do Brasil.

Ao se estudar, no projeto V A, a importância da agricultura na economia nacional, surge uma questão específica que merece projeto especial:

a posição da agricultura face às possibilidades futuras do desenvolvimento. Impõe-se a análise dessa questão para melhor estabelecer a importância dos problemas agrícolas na conjuntura econômica nacional. Há diversas formas de se medir essa importância. A que nos parece mais eficaz é aquela em que se calcula o volume de alimentos e de matérias primas que se faz necessário no caso da economia do país vir a se desenvolver. O estudo seria assim executado dentro das seguintes linhas:

a) fazer projeção de demanda de alimentos, matérias primas e produtos exportáveis para as diferentes hipóteses de crescimento do Brasil;

b) com base nos recursos existentes na agricultura e no ritmo atual de desenvolvimento tecnológico, estabelecem-se as tendências de oferta desses produtos;

c) com base em hipóteses de diferentes ritmos de desenvolvimento tecnológicos, estabelecem-se diferentes curvas de ofertas desses produtos.

Ter-se-ia, desse modo, elementos para julgar sobre a importância da agricultura para o desenvolvimento futuro do país, assim como a importância que uma determinada melhoria tecnológica da agricultura representa para es-

se desenvolvimento. Dêsse modo, pode-se melhor orientar os poderes públicos quanto à necessidade de se prestar a assistência necessária à melhoria dessa tecnologia.

V C — Estudo da economia de produtos individuais (considerados como indústria)

As fases na execução dêsse estudo são as mesmas do estudo anterior, V A. Avalia-se a importância do produto para a economia nacional, com base na porcentagem de mão de obra que é por êle usada, assim como da terra e capital que são nêle investidos, e ainda com a base na importância que o produto representa para o mercado interno é externo do país. Determina-se, a seguir, a situação do produto face a elementos como: — produtividade física alcançada em sua produção e comercialização, níves de salário, custo e renda obtidos pelos produtores, assim como pela situação de suprimento no mercado, isto é, se a produção se equilibra com o consumo em bases lucrativas de preços; e ainda se pode ser exportado nessas condições. Posteriormente, define-se o objetivo que se pode pretender alcançar com base nos recursos existentes e nas perspectivas do mercado consumidor. Procede-se às análises mais pormenorizadas da economia

do produto, a fim de estabelecer as causas que impedem que êsses objetivos sejam alcançados sem uma política especial. E a seguir, sugere-se as medidas dentro do critério estabelecido em V A.

O estudo dos produtos individuais mostra-se importante no Brasil, pois a política agrícola do país é em geral dividida por produtos, como mostra a existência de inúmeros institutos que são organizados para cuidar de seus problemas, como Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Nacional do Mate etc. Existe, portanto, alguma procura para estudos dessa natureza.

V D — Construção de Índices Econômicos

Para os estudos de política agrícola torna-se imprescindível a construção de índices econômicos. Através dêles pode-se determinar a existência de problemas e muitas vêzes prever com certa antecipação, sua eclosão. É instrumento de grande importância para a análise geral dos problemas e sua elaboração merece a mais alta prioridade. São muitos os índices que podem ser construídos. Alguns são índices simples, não havendo maiores dificuldades na sua ponderação, como são os de preços e os de produção para os diferentes mercados e diferentes re-

giões do país. Outros já mostram de mais difícil elaboração, como são os índices de preços pagos e recebidos pelos agricultores que exigem, no caso dos preços pagos, uma pesquisa preliminar a fim de determinar junto aos agricultores, a importância dos principais itens de suas despesas de produção. O mesmo ocorre com os índices de custo e renda para os diversos produtos agrícolas ou a determinação da relação do input-output que exige pesquisas mais detalhadas junto aos agricultores, a fim de determinar suas despesas de produção e investimento.

Considerando, porém, a importância desses índices para melhor determinação e análise dos problemas econômicos da agricultura e considerando a dificuldade para se realizar as pesquisas básicas necessá-

rias à elaboração dos mesmos, para todos os produtos em todas as regiões do país, impõe-se o estudo da possibilidade de se construir esses índices através de informações mais sumárias e de fácil obtenção. Os índices assim construídos deverão ser preliminarmente testados quanto ao seu rigor.

V E — Outros Estudos de Política Agrícola

Diversos outros problemas podem ser estudados dentro das mesmas normas em que se avalia a importância do problema para a economia nacional. Assim, por exemplo, é o problema da mão de obra rural, da reforma agrária, de crédito agrícola etc. São todos problemas de natureza global, no estudo dos quais se deve dar ênfase à determinação da política que deve ser adotada pelo Governo

VI — Estudo de Outros Setores da Economia Rural.

Outras questões podem ainda ser apontadas e que não se enquadram exatamente nos cinco campos da Economia Rural em que os problemas foram divididos.

Um deles é o problema do Cooperativismo. Sabe-se que é difícil promover o desenvolvimento cooperativista no país. Afóra alguns exemplos de grande sucesso, ligados a con-

dições especiais, como é o da Cooperativa de Cotia, junto aos agricultores japoneses, a maioria dessas organizações não chega a se desenvolver de forma satisfatória. A falta de habilidade empresarial tem sido apontada como uma das principais causas, uma vez que o elemento humano com essa qualidade, trabalha por conta própria ou ganha mais em fir-

mas particulares. E sem um gerente hábil, fica comprometido o sucesso financeiro dos cooperados. Independente dessa causa, o que se observa, é que falta o espírito cooperativista no agricultor. E' preciso que se pesquise a forma de estimular os agricultores nesse sentido e que se adote métodos de propaganda especial para arregimentar os agricultores em cooperativas.

A técnica de extensão agrícola é outro assunto de maior importância. Impõe-se determinar a reação dos agricultores aos diferentes métodos de ensinamentos técnicos, assim como determinar o estímulo que lhes trazem as perspectivas dos preços altos e do lucro. Impõe-se conhecer melhor os fatores responsáveis pela "decision making" de nosso agricultor, a fim de poder melhor encaminhá-lo para uma deci-

são coerente com a melhoria da produtividade.

A industrialização dos produtos agrícolas é importante para as atividades agrícolas, pois constitui, de certa forma, fator regulador de preços, por retirar do mercado os excedentes da produção na época da colheita. E' da mesma forma um fator de eficiência econômica, pois permite o total aproveitamento das safras maiores, transferindo o consumo para época posterior. O estudo econômico da instalação de uma indústria deve ser feito no sentido de determinar a localização e o tamanho, tendo em vista o local e o volume da produção, assim como o local e o volume do mercado consumidor. Deve-se avaliar os benefícios que a mesma traz para a agricultura, a fim de se decidir quanto às medidas com que o Governo deverá favorecer a empresa.

RENDA BRUTA DA AGRICULTURA PAULISTA

Eng.º Agr.º Rubens Araújo Dias

O ano de 1961 pode ser considerado como bastante favorável à agricultura de São Paulo. A renda bruta desse setor atingiu o expressivo valor de 225,8 bilhões de cruzeiros, (1) representando sobre os níveis atingidos em 1960 um aumento de 77,2 bilhões de cruzeiros, ou seja, um acréscimo da ordem de 52% (entre 1959 e 60 houve um ganho de aproximadamente 28%).

É verdade que parte desses aumentos podem ser atribuídos à inflação, não representando, pois, ganhos efetivos. Se deflacionarmos aqueles valores de modo a poder compará-los em moeda de valor constante, verifica-se que mesmo assim os resultados obtidos em 1961 podem ser considerados como bem satisfató-

rios, pois, expressos em termos do valor médio do cruzeiro no quinquênio de 1948/52, apontam uma renda bruta de 28,1 bilhões de cruzeiros, acusando sobre os valores de 1960 um aumento de 2,8 bilhões de cruzeiros (de 1948/52) ou seja de 11,1%. Em relação ao quinquênio base (1948/52), os resultados de 1961 apresentam um acréscimo de 34%. Como se pode observar pelos dados do quadro I, os índices obtidos em 1961 são bem mais elevados que os dos anos anteriores, salientando-se que são mesmo superiores aos conseguidos em 1954 e 1955 (índices de valores deflacionados de 128 e 130), quando os altos preços de café contribuíram para uma sensível elevação da renda agrícola de São Paulo.

(1) Os cálculos da "renda bruta" incluem 24 produtos importantes da agricultura paulista. Por deficiência de dados estatísticos deixam de ser computados alguns produtos cujas rendas devem superar itens já incluídos. Entre os itens ainda não incluídos, podem se destacar os legumes e hortaliças, frangos para corte, outras frutas que não banana e laranja, trigo, rami, sisal, fumo.

QUADRO I

Renda Bruta da Agricultura Paulista (*)

Média de quinqüênios e anos	Valores correntes		Valores Deflacionados (em Cr\$ de 1948/52) (1)	
	Milhões de cruzeiros	Índice	Milhões de cruzeiros	Índice
Média de 1948/52	20 938,0	100	20 938,0	100
Média de 1953/57	54 513,8	260	25 121,6	120
1956	58 150,7	278	22 804,1	109
1957	74 851,8	357	25 722,3	123
1958	80 058,8	382	24 334,0	116
1959	116 300,6	555	25 227,9	120
1960	148 568,4	710	25 309,8	121
1961 (2)	225 756,4	1 078	28 142,2	134

Fonte: Divisão de Economia Rural.

(*) Os dados desse quadro retificam os anteriormente publicados.

(1) Calculados utilizando-se como deflator o índice "2" da Conjuntura Econômica.

(2) Dados preliminares.

Participação dos Diversos Produtos

Entre os principais itens que contribuem decisivamente na formação de renda agrícola paulista, devem ser destacados o gado bovino, café, algodão, milho, arroz e cana de açúcar. Esses seis "grandes" contribuíram em 1961 com cerca de 77% da renda bruta, participação essa que tem mostrado uma tendência a decrescer (no quinqüênio de 1948/52 era de 84% e de 82% em 1953/57).

Dentre os principais produtos, o café, que em 1960 foi suplantado pelo gado para corte, apesar do aumento significativo ocorrido em sua renda (21,5 bilhões em 1960 para 39,8 em 1961) não conseguiu su-

plantar o valor dos abates de gado bovino, que também acusou grande aumento (de 29,0 em 1960 para 41,5 bilhões), devido ao sensível acréscimo ocorrido nos preços de boi gordo. A contribuição em 1961 do gado bovino (corte + leite) atingiu a elevada cifra de 61,1 bilhões de cruzeiros, representando uma participação de .. 27% na renda agrícola do Estado.

Repetindo consideração feita em análise anterior, deve-se salientar que esses números não representam com rigor a proporção com que esses setores contribuem para a renda interna de São Paulo. Os cruzeiros referentes ao va-

lor da produção de café constituem renda efetiva dos fatores utilizados nessa atividade dentro do Estado. O mesmo não ocorre com a pecuária de corte, uma vez que parte do gado abatido vem de outros Estados para ser aqui recriado ou apenas engordado (embora saia também algum gado gordo para ser abatido em outros Estados). Portanto, parte dos cruzeiros referentes ao gado abatido em São Paulo é encaminhado para outros Estados na aquisição desse gado.

De qualquer modo, a participação dos produtos animais (bovinos para corte, leite, ovos e suínos) vem aumentando continuamente, tendo passado de 22,4% no quinquênio de 1948/52 a 24,8% nos de 1953/57, para atingir cerca de 35% nos dois últimos anos.

Pelos dados apresentados no quadro II pode-se acompanhar a evolução que vem se verificando na contribuição dos 24 produtos que constam da presente análise. A esse respeito, além das considerações já feitas referentes ao café e à pecuária, salienta-se a posição

destacada do algodão que vem novamente se situando como o segundo produto vegetal e do milho, que graças ao aumento ocorrido em seus preços, obteve um acentuado incremento em sua renda bruta (10,5 bilhões em 1960 para 20,6 bilhões em 1961), suplantando novamente a cana e o leite. O amendoim é outro produto que vem se firmando como uma das culturas comerciais mais importantes de São Paulo, o que é comprovado pelos importantes acréscimos em sua renda bruta verificados nestes últimos três anos (3,2 bilhões em 1959, 6,3 em 1960 e 9,6 em 1961). Aliás, em 1961 o amendoim foi o oitavo produto mais importante, só sendo suplantado pelo gado de corte, café, algodão, milho, leite, cana e arroz. Outro fato marcante do ano de 1961 que se constata no Quadro II, é que os aumentos de valores foram quase que generalizados para todos os produtos, pois ocorreram perdas em apenas 3 produtos — feijão, alfafa e menta — dos quais apenas um é item realmente importante (feijão).

SIGNIFICANTE AUMENTO NO VOLUME PRODUZIDO

As variações anuais da renda bruta agrícola podem ser causadas por modificações tanto do volume da produção como do nível geral dos pre-

ços dos produtos agrícolas. Neste último ano, o fator que contribuiu decisivamente para o ponderável aumento ocorrido na renda agrícola foi o incre-

QUADRO II
Renda Bruta da Agricultura Paulista (1)
(em milhões de cruzeiros)

PRODUTOS	Média 1948/52	Média 1953/57	A n o s				
			1957	1958	1959	1960	1961(2)
Bovinos	2 730,6	7 035,1	9 232,4	11 947,8	17 787,0	29 059,0	41 538,0
Café	6 781,3	19 560,7	26 196,0	19 436,0	30 687,0	21 497,0	39 776,0
Algodão em caroço ...	3 294,5	4 531,9	4 223,6	5 099,3	8 407,2	13 726,8	20 621,2
Milho	1 421,5	3 507,0	4 972,9	6 302,0	9 057,6	10 469,0	20 580,0
Leite	884,7	2 974,3	4 899,4	5 953,0	7 231,7	11 491,2	19 551,2
Cana de açúcar	807,1	3 237,2	5 479,0	6 165,8	8 854,9	13 076,2	18 329,6
Arroz em casca	1 657,8	3 993,3	5 007,2	6 363,0	8 316,0	9 295,0	13 200,0
Amendoim em casca ..	360,0	852,7	1 437,4	2 183,0	3 183,3	6 324,1	9 651,6
Ovcs	491,3	1 954,1	3 119,5	3 796,1	5 407,7	7 489,6	8 485,0
Suínos	586,8	1 555,0	2 472,5	2 939,6	3 894,6	5 400,0	8 032,5
Batata	538,1	1 522,9	2 008,6	2 808,9	3 419,5	4 650,6	6 569,8
Mandioca	165,7	590,6	920,0	1 165,1	1 805,2	1 769,0	3 810,2
Feijão	355,2	983,7	1 648,3	1 118,5	3 043,6	6 008,0	3 508,8
Tomate	238,2	621,9	923,7	1 266,9	1 596,9	2 694,4	3 380,0
Laranja	73,3	469,0	753,7	1 145,9	1 388,3	1 768,7	2 715,3
Banana	221,0	521,8	654,8	1 075,5	821,1	1 917,5	2 307,9
Cebola	88,3	251,3	369,6	699,2	682,6	656,9	1 749,0
Mamona	111,4	158,2	271,2	306,5	391,5	627,3	1 177,1
Chá Preto	9,7	27,9	41,1	80,1	90,2	157,2	274,9
Casulo	20,6	43,7	63,6	50,4	52,5	175,8	205,0
Soja	1,9	24,5	37,9	26,6	26,1	62,5	125,8
Alfafa	21,1	49,4	71,1	103,4	136,0	205,0	122,5
Gergelim	13,6	4,8	3,0	3,2	1,5	2,2	28,9
Menta	64,3	42,8	45,3	23,0	18,6	45,4	16,2
TOTAL GERAL	20 938,0	54 513,8	74 851,8	80 058,8	116 300,6	148 568,4	225 756,4

Fonte: Divisão de Economia Rural.

(1) Os dados deste quadro retificam os anteriormente apresentados.

(2) Dados preliminares.

mento no volume produzido. Assim em 1961, segundo os dados apresentados no quadro III relativos a 24 produtos, a produção atingiu 33,6 milhões de toneladas, acusando um acréscimo de 2,4 milhões de toneladas (+ 7,6%) sobre os totais alcançados no ano anterior, e de 153% em relação à produção média obtida no quinquênio de 1948/52. Aliás, deve-se salientar que, mesmo se retirarmos desses totais a produção de cana de açúcar e de

mandioca, produtos que apresentam grande volume por unidade de área e que portanto tendem a distorcer os resultados globais, constata-se um significativo aumento em 1961. Assim, a produção dos 22 produtos em questão atingiu nesse ano 8,8 milhões de toneladas, acusando um incremento de 9,5% sobre o ano anterior e de 69% sobre a média obtida no período de 1948/52 (veja quadro III).

QUADRO III

Volume da Produção Agrícola do Estado de São Paulo (*)

Média de quinquênios e anos	Volume Total (24 produtos)		Volume (22 produtos) (menos cana e mandioca)	
	1000 ton.	Índice	1000 ton	Índice
Média de 1948/52	13 266,9	100	5 178,1	100
Média de 1953/57	20 281,8	153	5 825,4	112
1956	21 296,5	160	5 642,5	109
1957	24 389,8	184	6 489,8	125
1958	28 338,0	214	7 135,0	138
1959	31 540,9	238	7 663,9	148
1960	31 248,4	235	8 019,4	155
1961 (1)	33 632,0	253	8 779,0	169

Fonte: Divisão de Economia Rural.

(*) Os dados desse quadro retificam os anteriormente publicados.

(1) Dados preliminares.

Aliás, deve ser ressaltado que em 1961 verificaram-se aumentos na produção da maioria dos produtos agrícolas. Assim, ocorreram, entre os 20 produtos vegetais, diminuições sensíveis apenas na produção de três produtos — feijão, batata e alfafa —, sendo que em

outros dois a redução havida não pode ser considerada significativa (algodão e casulo). No setor animal, a única redução levada em conta — bovinos para corte —, além de pequena é ainda incerta, dado o caráter de previsão dos dados utilizados.

QUADRO IV

Evolução da Produção dos Principais Produtos Agrícolas em São Paulo

I — Produtos de Alimentação de origem vegetal

Média de quinqüênio e anos	Milho		Arroz		Feijão		Batata	
	Área 1000 Ha	Produção 1000 Ton.	Área 1000 Ha	Produção 1000 ton. (em casca)	Área 1000 Ha	Produção 1000 Ton	Área 1000 Ha	Produção 1000 Ton
1948/52	804	1 083	495	705	209	136	46,1	238
1953/57	1 084	1 179	542	552	275	122	45,3	333
1957	1 113	1 338	460	528	315	150	43,4	353
1958	1 149	1 380	547	540	360	150	44,1	415
1959	953	1 332	595	648	261	116	43,3	380
1960	1 324	1 740	573	660	448	196	46,6	459
1961 (1)	1 186	1 764	644	792	356	139	43,9	437

II — Outros Produtos Vegetais

Média de quinqüênio e anos	Café		Algodão		Amendoim		Cana de Açúcar	
	Área 1000 Ha	Produção 1000 ton (benef)	Área 1000 Ha	Produção 1000 ton (em caroço)	Área 1000 Ha	Produção 1000 ton (em casca)	Área 1000 Ha	Produção 1000 Ton.
1948/52	1 283	505	1 094	614	152	159	165	7 488
1953/57	1 621	563	729	551	152	168	311	13 456
1957	1 644	666	474	358	146	179	380	16 750
1958	1 687	678	411	394	241	339	414	19 562
1959	1 687	954	484	502	248	363	429	22 174
1960	1 638	498	498	528	295	362	410	21 704
1961 (1)	1 566	678	569	526	428	465	471	23 152

III — Produtos de Origem Animal

Média de quinqüênio e anos	Bovinos Abates		Suínos Abates		Ovos Produção milhões dúzias	Leite Produção milhões litros
	1000 cabeças	1000 Ton.	1000 cabeças	1000 Ton.		
1948/52	1 796	385	869	53	65	580
1953/57	1 937	422	932	59	118	956
1957	2 274	477	1 075	76	141	1 139
1958	2 603	545	1 122	79	151	1 240
1959	2 541	530	981	67	155	1 339
1960	2 321	487	864	60	161	1 368
1961 (2)	2 300	483	1 190	83	165	1 467

Fonte: Divisão de Economia Rural.

(1) Dados preliminares.

(2) Previsões.

A tendência da produção dos principais produtos pode ser acompanhada pelos dados apresentados no quadro IV, onde se verifica que os ganhos mais destacados foram obtidos com o café (aumento na produção de 36% em relação ao ano anterior), com o milho (produção ainda pouco maior que o recorde anterior), com o

arroz (a maior produção desde 1950) e com o amendoim (nova colheita recorde).

Outro ponto a ser salientado é que neste ano o maior volume obtido deve-se principalmente a um melhor rendimento por unidade de área, já que o aumento na área cultivada foi bem reduzido (veja quadro V).

QUADRO V

Área Plantada com os 20 Principais Produtos Vegetais no Estado de São Paulo (*)

Média de Quinquênio e Anos	Área Plantada (20 produtos) 1 000 Hectares	Índices
Média de 1948/52	4 430,0	100
Média de 1953/57	4 962,6	112
1957	4 807,2	108
1958	5 139,2	116
1959	4 982,3	112
1960	5 518,4	124
1961	5 588,7	126

Fonte: Divisão de Economia Rural.

(*) Os dados desse quadro retificam os anteriormente publicados.

O transcorrer favorável do tempo (a forte seca ocorrida no segundo semestre de 1961 foi posterior à colheita) pode ser apontado como um dos principais fatores determinantes dos melhores rendimentos, uma vez que a melhoria técnica de nossa agricultura é gradual, não tendo evidentemente maiores reflexos entre um ano e outro. Assim, o café

apresentou em 1961 um rendimento de 34,8 arrôbas beneficiadas por 1 000 pés (em 1960 tinha sido de 27,3), índice, no entanto, pouco superior ao conseguido, em média, no período de 1948/52 (31,9 arrôbas por mil pés). O milho acusou um rendimento de 60 sacas por alqueire (1 487 kg. por ha.) o maior índice já conseguido em São Paulo última-

mente (conseguiu-se maior produção em 1961, apesar da redução ocorrida na área plantada — veja quadro IV). Deve-se salientar que desde 1955 — quando se obteve baixíssima produtividade (34,9 sacas por

alqueire) — vem se conseguindo ganhos graduais e contínuos na produção média, o que pode ser atribuído à melhoria técnica, principalmente devida à maior utilização de semente híbrida desse cereal.

PREÇOS AGRÍCOLAS: O ÍNDICE GERAL ACUSA PEQUENO GANHO REAL.

Os preços recebidos pelos agricultores de São Paulo, medidos pelo índice Geral (2) (24 produtos), acusou em 1961 uma elevação de 37,7% em relação ao ano anterior, aumento êsse ligeiramente maior que o verificado nos preços em geral (medidos pelo Índice Geral de Preços no Brasil, — índice 2 — da Fundação Getúlio Vargas) e que foi de 36,6%. De qualquer modo, como se observa pelos dados do Quadro VI, os “preços agrícolas” de São Paulo (índice 711 em 1961) estão se distanciando dos “preços em geral” (índice 802 também em 1961), situação essa que vem ocorrendo desde 1957. Aliás, os dados do quadro VI nos permitem salientar que a evolução dos preços não é uniforme nos dois setores em que foram separados os preços agrícolas. Assim, os preços dos produtos animais apresentam em 1961 um índice de 1041, bem superior ao do “índice ge-

ral de preços”, embora o ganho real no último ano (de 1961 em relação a 1960) tenha sido também pequeno. Os dos produtos vegetais sofreram um aumento apenas suficiente para contrabalançar os efeitos, no último ano, da inflação.

No quadro VII são apresentados dados que permitem acompanhar a evolução dos preços dos principais produtos da agricultura de São Paulo, preços êsses expressos tanto em valores correntes, como em termos de moeda de valor constante (em cruzeiros de 1948/52). Por êsses elementos, pode-se observar os diferentes comportamentos que vêm ocorrendo. O principal destaque pôde ser visto no caso do café, cujos preços depois de acusarem ganhos reais ponderáveis, principalmente em 1954 e 55 vem perdendo substância ano após ano, sendo de notar que nem mesmo o razoável aumento verificado, em moeda

(2) Índice baseado no preço médio ponderado de acôrdo com a participação dos produtos no “volume” produzido no quinquênio de 1948/52.

QUADRO VI

Índices de Preços Recebidos pelos Agricultores de São Paulo (*)

Período Base — Média de 1948/52

Anos	Índice Preços Produtos Vegetais (20 produtos)		Índice Preços Produtos Animais (4 produtos)		Índices Geral Preços Recebidos pelos Agricultores (24 produtos)		ÍNDICE GERAL DE PREÇOS BRASIL
	Valores correntes	Valores deflacio- nados	Valores correntes	Valores deflacio- nados	Valores correntes	Valores deflacio- nados.	(1)
1948	73	91	80	100	74	93	80
1949	80	93	86	101	81	94	86
1950	106	110	93	97	103	107	96
1951	116	104	108	96	114	102	112
1952	124	99	133	106	126	101	125
1953	157	103	151	104	155	107	145
1954	211	115	184	100	204	112	183
1955	231	108	234	110	231	109	213
1956	257	101	269	105	259	102	255
1957	285	98	279	96	283	97	291
1958	272	83	316	96	282	86	329
1959	345	75	454	98	370	80	461
1960	446	76	756	129	516	83	587
1961 (2)	615	76	1 041	130	711	89	802

Fonte: Divisão de Economia Rural — índice baseado no preço médio ponderado de acordo com a participação dos produtos no "volume" produzido no quinquênio de 1948/52.

(*) Os dados deste quadro retificam os anteriormente apresentados.

(1) Índice calculado a partir do Índice de Preços da Fundação Getúlio Vargas (Índice 2), publicados na Conjuntura Econômica.

(2) Dados preliminares.

corrente, na última safra ..
(3 520 cruzeiros por saco em
1961 contra 2 590 em 1960) foi
em proporção suficiente para
alterar essa tendência, repre-
sentando os preços médios
reais obtidos pelos lavradores
na safra de 1961 apenas 52%
dos auferidos, em média, no

período de 1948/52 (em 1960
essa percentagem tinha sido
de 53). Aliás, os baixos preços
reais do café, devido à impor-
tância desse produto, consti-
tuem-se talvez no principal fa-
tor que contribui para os me-
nores índices de preços agrí-
colas (quadro VI) atrás co-

QUADRO VII

Evolução dos Preços Médio Recebidos pelo Agricultores de São Paulo

I — Produtos de Alimentação de origem vegetal

Média de quinquênio e anos	Milho Cr\$/60 kg		Arroz em casca Cr\$/60 kg		Feijão Cr\$/60 kg		Batata Cr\$/60 kg	
	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais
1948/52	80	80	147	147	159	159	136	136
1953/57	181	83	440	207	493	222	273	130
1957	223	77	569	195	659	226	342	117
1958	274	83	707	215	447	136	406	123
1959	408	88	770	167	1 570	340	540	117
1960	361	61	845	144	1 840	313	607	103
1961 (1) ...	700	87	1 000	125	1 510	188	903	113

II — Outros Produtos Vegetais

Média de quinquênio e anos	Café Beneficiado Cr\$/60 kg		Algodão em caroço Cr\$/15 kg		Amendoim em casca Cr\$/25 kg		Cana de açúcar Cr\$/ton.	
	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais
1948/52	838	838	78	78	57	57	121	121
1953/57	2 060	963	129	59	127	58	257	116
1957	2 360	811	177	61	200	69	356	122
1958	1 720	523	194	59	161	49	332	101
1959	1 930	419	251	54	219	47	454	98
1960	2 590	441	390	66	436	74	656	112
1961 (1) ...	3 520	439	588	73	519	65	860	107

III — Produtos de Origem Animal

Média de quinquênio e anos	Boi gordo Cr\$/15 kg		Suínos Gordos Cr\$/15 kg		Ovos granja Cr\$/dúzia		Leite Cr\$/litro	
	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais	Preços correntes	Preços reais
1948/52	107	107	165	165	10,7	10,7	1,50	1,50
1953/57	248	116	383	177	22,7	10,3	3,00	1,40
1957	290	100	490	168	31,5	10,8	4,30	1,50
1958	328	100	557	169	36,0	10,9	4,80	1,50
1959	500	108	864	187	50,0	10,8	5,40	1,20
1960	894	152	1 390	237	66,9	11,4	8,40	1,40
1961 (1) ...	1 290	161	1 500	187	73,4	9,1	13,60	1,70

Fonte: Divisão de Economia Rural.

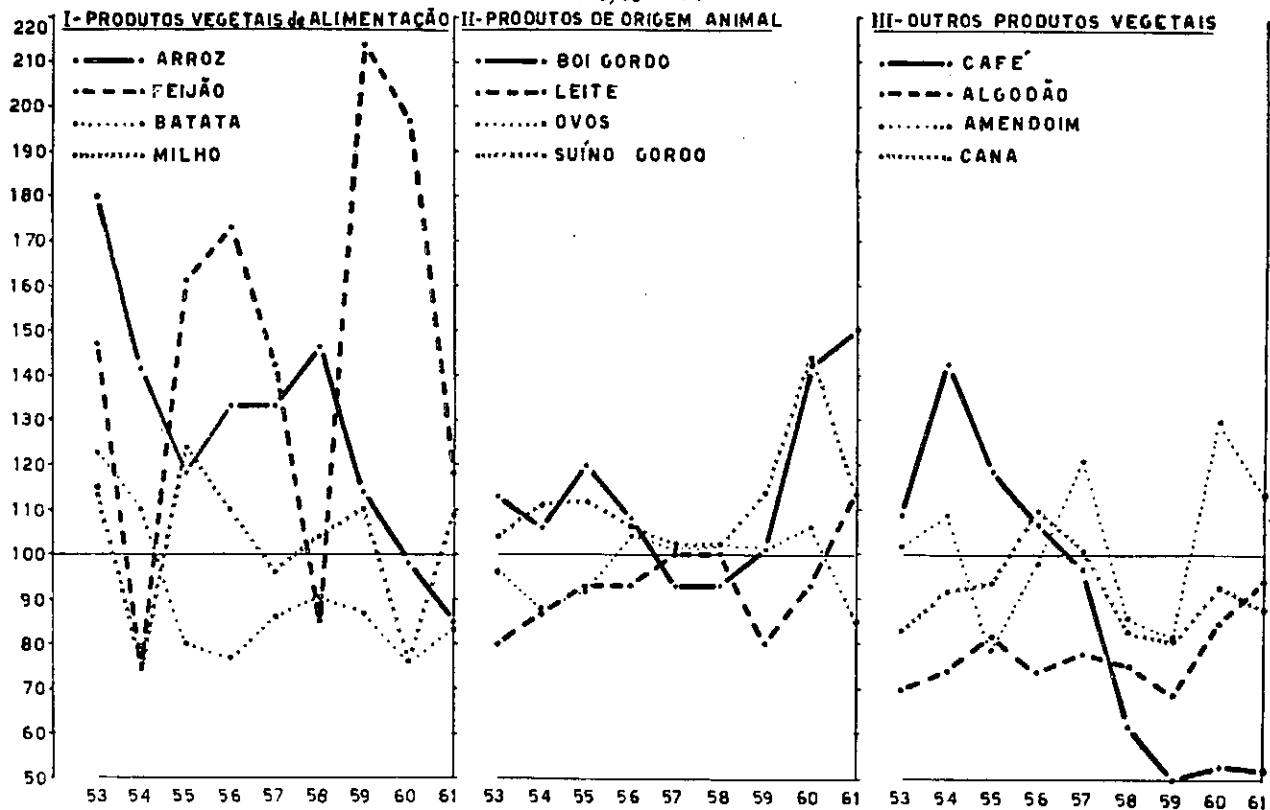
Nota: Os Preços Reais são expressos em termos do valor médio do cruzeiro no quinquênio de 1948/52, tendo-se utilizado como deflador o índice "2" da Conjuntura Econômica (Fundação Getúlio Vargas).

(1) Dados preliminares.

ÍNDICES DE PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SÃO PAULO.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DEFLACIONADOS

1948/52 = 100



mentados. Se retirarmos o café da lista dos produtos analisados e obtendo-se novos índices compostos dos restantes produtos teríamos os seguintes números :

Índices de Preços Agrícolas de São Paulo (sem café)
1948/52 = 100

Anos	Produtos Vegetais (19 prod.)	Geral (23 prod.)
1957	287	285
1958	322	319
1959	431	438
1960	548	617
1961 (1)	760	854

(1) Dados preliminares.

Por êsses elementos verifica-se que o índice geral de preços agrícolas exclusive café, chega a apresentar para 1961 um nível superior ao "Índice Geral de Preços no Brasil" (854 para o agrícola e 802 para o Geral no Brasil), tendo o mesmo acontecido em 1960. Os preços dos produtos vegetais, excluindo o café, continuam sendo inferiores (760), embora numa proporção bem mais baixa (incluindo o café, êsse índice é de apenas 615).

Entre os demais produtos constantes do quadro VII e do gráfico relativo destaca-se a acentuada elevação ocorrida nestes dois últimos anos nos preços de boi gordo. Como se verifica, a média preliminar de

1961 aponta um preço de 1290 cruzeiros por arrôba, apresentando uma elevação de 44% em relação aos preços de 1960 (Cr\$ 894 por 15 quilos) e de 158% em relação aos níveis médios de 1959. As maiores exportações realizadas nesse ano, bem como o crescimento notado no mercado interno podem ser apontados como causas fundamentais do citado movimento de preços, sendo ainda necessário acrescentar que em dezembro de 1961 os preços de boi gordo haviam atingido níveis bem mais elevados — 1770 cruzeiros por arrôba —. Mesmo retirando-se a parcela correspondente à desvalorização do cruzeiro, os preços reais do boi gordo são os que apresentam em 1961 índices mais elevados (em relação ao período de 1948/52).

O movimento de preços do milho também merece algumas considerações, pois a despeito da alta produção verificada (em 1960 e 61 registraram-se volumes recordes), os preços desse cereal acusaram sensíveis altas em 1961, tendo o preço médio ainda preliminar, sido, em valores correntes, de 700 cruzeiros por saca — 93% a mais que em 1960 —, o que resultou em preços reais maiores que os vigentes, em média, no quinquênio de 1948/52 (9% a mais). Nota-se, também, que em dezembro de 1961

os preços de milho no interior apresentavam-se em níveis bem superiores ao da média anual (1 310 cruzeiro por saca — nível recorde —).

Os demais produtos mostram flutuações menos importantes, notando-se altas também nos preços correntes de arroz e do amendoim embora em proporção insuficiente para contrabalançar a desvalorização do cruzeiro. O algodão viu também seus preços melho-

rados, mesmo em termos reais (o índice de 1961 foi 94, o maior desde 1962). De outro lado, dos produtos constantes do quadro VII, o feijão foi único a apresentar queda nos preços correntes (1 510 cruzeiros por saca em 1961 em confronto com 1 864 em 1960), mas em vista dos altos níveis ainda vigentes o seu preço deflacionado ainda se acha em nível superior ao verificado, em média, no período de 1948/52.

SITUAÇÃO DO CAFÉ

Eng.º Agr.º Rubens Araujo Dias

INTRODUZIDAS NOVAS MODIFICAÇÕES NO ESQUEMA DE COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ

No decurso do último trimestre de 1961 foram introduzidas novas alterações nas normas governamentais que regem a comercialização do café na safra de 1961/62. Assim, em 3 de outubro último o Instituto Brasileiro de Café, pelo comunicado n.º 123/61, determinou a suspensão do livre trânsito para cafés comprovadamente vendidos para o exterior, medida essa permitida pela resolução n.º 200 do I.B.C. Essa suspensão tornou-se efetiva a partir de 16 de outubro, podendo ser aceitas até aquela data, a critério da diretoria, declarações de vendas para embarques até 15 de novembro. O "livre trânsito" vinha tumultuando o encaminhamento do café aos mercados exportadores, pondo, aliás, ser considerado como um dos

principais fatores baixistas que atuaram no mercado cafeeiro, tanto interno como mundial, no 1.º semestre da safra 1961/62.

Outra medida que também contribuiu para firmar o mercado, foi a decisão (comunicado n.º 134/61 de 18-11-61) de antecipar para 15 de janeiro o início das compras de café pelo Governo, que por decisão anterior tomada no início da safra, seriam somente comprados a partir de 1.º de março de 1962. A resolução n.º 210 de 7 de dezembro último estabeleceu as normas a serem seguidas nas aquisições dos cafés não liberados da série de mercado e da série retida reversível. Os preços de aquisição são os constantes no artigo 6.º da

resolução 189 (1) com o deságio de 10% previsto no citado artigo, sendo que os cafés liberados poderão ser adquiridos somente a partir de 1.º de julho próximo, aos preços fixados no citado artigo, mas sem o deságio de 10%.

Além dessas alterações, verificaram-se, no período analisado, outras referentes ao setor cambial. Assim, em 4 de outubro a SUMOC (instrução n.º 217) diminuiu a cota de contribuição referente à exportação de cafés das safras 1960/61 e anteriores, que de 26 dólares por saca passou a 24 dólares. Em fins de novembro, pela instrução n.º 220 da SUMOC essa contribuição foi reduzida para 22 dólares, igualando assim a cota devida pelos cafés da atual safra aos das anteriores. Além disso, determinou que “as cambiais provenientes da exportação de café fossem adquiridas pelo Banco do Brasil à taxa do mercado livre” (fixada por esse Banco). Com essa medida foi abolido o reajuste que se fazia na cota de contribuição, sempre que a taxa de câmbio ultrapassasse Cr\$ 275,00 por dólar. Assim, para cafés da atual safra, esse reajustamento correspondia a 80% da diferença entre Cr\$ 275,00 e a taxa do dia. Em outras palavras, en-

quanto o dólar esteve cotado em níveis superiores a 275 cruzeiros, o exportador só se beneficiava com um quinto da diferença entre a taxa de câmbio e esse nível (2). Com a instrução n.º 220, o exportador passou a vender (ao Banco do Brasil) as cambiais às taxas do mercado livre fixadas pelo Banco oficial, que na ocasião eram estabelecidas em nível pouco inferior às vigentes nos demais bancos. Posteriormente, pela instrução n.º 222 da SUMOC de 28/12/61 foi permitido o negócio dessas cambiais em qualquer banco autorizado a operar em câmbio, devendo, porém, esse estabelecimento repassar ao Banco do Brasil 80% das cambiais (depois de retirada a cota de contribuição). Na realidade, não houve ganhos efetivos, uma vez que ultimamente o Governo tem controlado o mercado livre de câmbio, não ocorrendo disparidades entre as taxas no Banco do Brasil e em outros estabelecimentos bancários.

Como se depreende, tôdas essas alterações verificadas no setor cambial visaram criar novas facilidades às exportações pelo recebimento de mais cruzeiros pelo dólar café.

(1) Veja “Agricultura em São Paulo”, junho de 1961 página 49 onde são dados os preços garantidos pelo Governo.

(2) Se o câmbio estivesse a 300 cruzeiros por dólar, o exportador obtinha pelo câmbio café 280 cruzeiros ou sejam 275 mais 5 de acréscimo ($300 - 275 = 25 \times 0,2 = 5,00$).

As bases de preços de registro para exportação também sofreram, nesse período, algumas modificações, embora pequenas. Assim, em meados de outubro foram fixadas as bases de 31,605 "cents" por libra para qualquer café Estilo Santos, podendo em Paranaguá haver um deságio de 100 pontos (não se permitia o desconto da comissão do agente).

INFERIORES À PREVISÃO OS REGISTROS DE CAFÉ

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro do Café, o volume de café registrado até 31 de dezembro último atingiu, na atual safra de 1961/62, 24 612 671 sacas. Dêsse total, 17,1 milhões pertenciam a cafés da série de mercado. Nesta série verificou-se uma significativa proporção de cafés registrados nas cotas de melhor qualidade, pois 93% se enquadram nas cotas de despoldado, preferencial e boa qualidade (café apresentando, pelo menos, tipo 5/6 para melhor com bebida livre de "rio"). Aliás, nota-se (veja quadro I) a pequena porcentagem — apenas 1 milhão de sacas em todo o Brasil — de cafés considerados "não exportáveis". Em São Paulo e mesmo no Paraná foi, até dezembro, ínfima a proporção de cafés incluídos

Em 29 de novembro, essas bases foram ligeiramente alteradas para 31,9275 cents por libra (em Santos) e 30,9275 em Paranaguá, mudança essa que foi revogada na 1.^a quinzena de dezembro, quando novamente passou a prevalecer a base anterior, de 31,605 cents por libra em Santos e 30,605 em Paranaguá.

nessa cota; em Minas e principalmente no Espírito Santo é que a porcentagem foi maior, devido às características da produção nessas regiões. De qualquer modo, ficou evidenciado que, em vista dos melhores preços garantidos aos cafés da série de mercado (os "reversíveis" aí também serão enquadrados) houve um preparo mais cuidadoso, restando uma porcentagem bem pequena registrada como "não exportável" (3).

Pelos registros realizados até fins de dezembro (24,6 milhões de sacas) não se deve esperar que seja atingida a previsão de produção inicialmente feita pelo Instituto Brasileiro do Café (36 milhões de sacas, exclusive expurgo). Isso porque até essa época, usualmente já se registram cerca de 80%

(3) Veja artigo citado, págs. 45 a 52, onde são descritas as características das diversas cotas.

QUADRO I

Produção de Café no Brasil

Segundo o movimento de registros no I.B.C.
1 000 sacas 60 quilos

Safras e Cotas	São Paulo	Paraná	Minas	Outros	BRASIL
I) JULHO a DEZEMBRO					
DA SAFRA 1961/62					
a) Série de Mercado					
Despoldado	228	49	204	38	519
Preferencial	4 834	1 885	672	47	7 438
Boa Descrição ...	2 226	5 579	191	141	8 137
Comum	1	11	518	520	1 050
Total	7 289	7 524	1 585	746	17 144
b) Série retida					
Reversível	1 335	4 483	459	171	6 448
Não exportável ..	104	257	201	459	1 021
Total	1 439	4 740	660	630	7 469
TOTAL (a + b) .	8 728	12 264	2 245	1 376	24 613
II) TOTAIS GERAIS SA- FRAS ANTERIORES					
julho a junho)					
1960/61	8 241	14 317	3 475	3 811	29 844
1959/60	15 601	20 410	4 494	3 311	43 816
1958/59	10 697	8 591	4 236	3 283	26 807
1957/58	9 538	4 731	3 696	4 663	21 628
1956/57	6 019	2 178	1 930	2 407	12 534

Fonte: Instituto Brasileiro de Café.

da safra (nas últimas 5 safras essas porcentagens foram de 84 (1960/61) - 87-75-78- e 81 (1956/57). Na base dos índices mínimos (75%), médio (80%) e máximo (87%) verificados nas últimas 5 safras, teríamos neste ano estimativa finais de café registrados que variam, respectivamente de 32,8 a 30,6 e a 28,2 milhões de sacas. As

dificuldades que surgiram nos primeiros meses de safra — sucessivas alterações na política cafeeira, preparo mais cuidadoso do café, início das compras governamentais em março de 1962 — contribuíram para um encaminhamento mais lento da atual safra, sendo pois de se esperar que a porcentagem de café, já registrada até 31 de dezembro, se situe em

tôrno dos índices mais baixos atrás apontados. De outro lado, em vista da menor safra esperada no próximo ano e da expectativa de melhores preços, nota-se uma tendência entre determinados setores, inclusive entre as cooperativas,

de reterem parte da produção, para ser comercializada na próxima safra.

Isso, aliás, fará com que os dados de registros dêsse ano sejam mais baixos que os da produção comerciável efetivamente obtida.

FIRMAM-SE AS COTAÇÕES DE CAFÉ

O movimento de queda nos preços de café que vinha se verificando desde o início da atual safra tanto nos mercados brasileiros como no mundial e que continuava no início do período analisado (princípios de outubro), foi sustado em fins de outubro, tendo-se posteriormente registrado maior firmeza no mercado, notando-se mesmo altas em determinados setores. Os dados apresentados nos quadros II e III indicam os preços obtidos em vários mercados nos últimos três meses de 1961. Assim, no mercado disponível de Santos, o café Estilo Santos tipo 4 (veja quadro II) acusou altas nesses meses, embora em fins de dezembro ainda estivesse cotado em níveis próximos aos verificados em inícios de outubro. Isso porque em fins dêsse mês sua cotação foi a mais baixa do período estudado (788 cruzeiros por 10 quilos). Nos mercados futuros de Santos, os ganhos ocorridos em novembro e dezembro

foram mais acentuados, conforme se observa no quadro II, principalmente nos meses mais distantes, o que é explicado pela expectativa de uma próxima safra bem reduzida.

Em Nova Iorque, as cotações do mercado futuro também apresentaram ganhos nos citados meses. No disponível, o Santos 4 que em inícios de outubro estava cotado a 34 cents por libra, caiu para 33,50 em fins dêsse mês (dias 19 e 26), para atingir a 34,13 nas últimas semanas de dezembro.

As medidas, já citadas, tomadas pelo I.B.C., ou seja a suspensão do "livre trânsito" e a antecipação da compra dos excedentes, contribuíram bastante para essa mudança ocorrida no mercado. A previsão de uma menor safra brasileira — colheita de 1962 —, devida à prolongada sêca que castigou principalmente os cafêzais de São Paulo e Minas foi outro importante fator que contribuiu para a firmeza do

QUADRO II

Cotações de Café — Outubro, Novembro e Dezembro, 1962

Mercados	Dia 20	Dia 20	Médias Mensais			
	outubro	dezembro	set.	out.	nov.	dez.
SANTOS (Cr\$ p/10 kg)						
Disponível						
Estilo Santos, tipo 4 ..	816	816	826	801	812	816
Entrega Direta						
Mês presente	715	800	690	702	736	796
jan/jun. 62	840	870	820	816	828	857
jul/dez. 62	910	1 100	894	903	920	988
NOVA YORK (cents por libra-pêso)						
Futuro - Contrato B						
dezembro	33,09	—	33,87	33,08	34,06	34,42
março 62	33,14	34,83	33,81	32,95	34,16	34,39
julho 62	32,69	34,34	33,65	32,44	33,99	34,05
Set. 62	32,54	33,75	—	32,17	33,57	33,57

Fonte: Associação Comercial de Santos e "Complete Coffee Coverage".

QUADRO III

Cotações Médias de Café no Disponível

Anos e Meses	Nos ESTADOS UNIDOS (cents por libra)				
	Santos	Colômbia	Guatemala	México	Uganda
	4	Mams	Good washed	Prime washed	nativo n.º 10
1959	36,97	45,22	41,98	42,89	28,72
1960	36,60	44,89	40,94	41,61	20,18
1961	36,01	43,62	37,38	37,53	18,48
1960					
Outubro	36,25	44,90	41,55	41,83	19,68
Novembro	36,35	44,35	40,38	41,83	19,95
Dezembro	36,25	43,85	38,98	40,88	19,30
1961					
Agosto	35,93	43,53	36,32	37,05	18,35
Setembro	34,85	43,33	—	36,05	18,25
Outubro	33,73	43,15	—	34,93	18,30
Novembro	33,93	43,05	36,22	36,50	18,83
Dezembro	34,03	42,80	35,85	36,18	19,78

Fonte: Bureau Pan Americano do Café.

mercado. Decisões tomadas na reunião ocorrida em inícios de novembro na cidade do México também contribuíram para a contenção da queda nos preços do café. Assim, os países produtores de café "mild" decidiram fortalecer seus sistemas de preços internos, con-

tribuindo dêsse modo para regularizar o nível de ofertas. Foi aí igualmente sugerida a criação de um fundo de reserva destinado a custear a compra de cafés mexicanos e centro-americanos, quando oferecidos a preços inferiores aos estabelecidos.

VOLUMOSAS AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ EM 1961

Nos últimos três meses do ano foram embarcadas pelos vários portos 4,667 milhões de sacas de café, volume bem significativo, que elevou as exportações brasileiras em 1961 a 16 969 565 sacas. Trata-se de nível anual expressivo, apenas suplantando em poucos anos até hoje (1915, 1931, 1948, 1949 e 1959). O total exportado em 1961 foi pouco superior (em 151 mil sacas) ao embarcado no ano anterior, mas ainda inferior ao nível conseguido em 1959 quando se vendeu ao exterior 17,4 milhões de sacas.

É verdade que nesse total estão incluídos os cafés que foram enviados pelo IBC aos seus entrepostos no exterior (dados não disponíveis), café esse que só posteriormente serão efetivamente negociados.

Em 1961, apesar do aumento do volume em relação a 1960 notou-se pequena diminuição no valor em dolares

(710 contra 713 milhões), o que foi determinado pela queda nos preços médios obtidos nas exportação (veja quadro III). Assim, o valor médio de saca exportada foi de 41,86 dólares, contra os 42,4 conseguidos em 1960. O valor em cruzeiros de nossas exportações alcançou a alta cifra de 78,8 bilhões de cruzeiros (59,4 em 1960).

No quadro IV são apresentados os dados mensais de exportação, podendo-se verificar que o movimento dos 6 primeiros meses da atual safra são bastante expressivos, pois se exportou 9,7 milhões de sacas, ou seja 857 mil sacas a mais que em igual período da safra anterior.

No último trimestre foram exportados por Santos . . . 1 790 780 sacas de café, elevando os embarques do ano a 7 785 345, ou seja 140 mil sacas a mais do que o exportado em 1960.

QUADRO IV
Exportação Brasileira de Café

Média de quinqüênio e Anos	Volume 1 000 sacas 60 kg	Valor			Valor Médio Dolar por saca	Médio "cents" por libra
		Milhões cruzeiros	Milhões dólares	Cr\$ por saca		
1940/40	10 812	2 451	137	229	12,8	9,7
1945/49	16 270	7 801	423	470	25,5	19,3
1950/54	14 699	20 217	1 001	1 428	69,2	52,3
1955/59	15 028	34 907	828	2 293	55,5	41,9
1957	14 319	30 991	845	2 164	59,0	44,6
1958	12 882	25 340	687	1 967	53,4	40,4
1959	17 436	50 128	733	2 875	42,0	31,7
1960	16 819	59 377	713	3 530	42,4	32,0
1961 (1)	16 970	78 788	710	4 643	41,9	31,7

Fonte: Ministério da Fazenda e Instituto Brasileiro do Café.

(1) Dados preliminares.

QUADRO V
Exportação Brasileira de Café

Para o exterior, por meses

1000 sacas de 60 quilos

Mês	Média quinqüênios		Anos		
	1950/54	1955/59	1959	1960	1961
Janeiro	1 225	1 167	1 387	1 027	1 047
Fevereiro	1 175	1 212	1 669	1 462	1 210
Março	1 382	1 056	1 176	1 321	1 507
Abril	939	1 105	1 297	1 305	1 323
Maió	849	1 096	1 158	1 531	1 139
Junho	902	1 062	772	1 313	1 029
Julho	995	1 193	1 892	1 932	1 482
Agosto	1 266	1 406	2 180	1 507	1 965
Setembro	1 504	1 467	1 697	1 611	1 603
Outubro	1 469	1 479	1 190	1 137	1 439
Novembro	1 499	1 520	1 757	1 313	1 505
Dezembro	1 494	1 265	1 261	1 360	1 723
Total Anual	14 699	15 028	17 436	16 819	16 970
Jul/Dez.	8 227	8 330	9 977	8 860	9 717

Fonte: Instituto Brasileiro de Café.

SITUAÇÃO DA CITRICULTURA

BALANÇO DA SAFRA DE 1961

Eng.^o Agr.^o J. M. Fonseca de Lima

I — A EXPORTAÇÃO

Em outubro último foram embarcadas as últimas laranjas de São Paulo com destino aos mercados europeus.

Encerra-se uma das mais favoráveis estações de exportação, nesta segunda fase que atravessa a nossa indústria cítrica, após a liquidação dos pomares pela “tristeza” na década dos quarenta.

A quantidade exportada foi apreciável, alcançando um total de 3.256.459 caixas, desmentindo dêsse modo os prognósticos mais ou menos sombrios, alvitrados no primeiro trimestre do ano, quando a impressão dominante era a de que não conseguiríamos alcançar o volume de exportação verificado em 1960. Algumas opiniões mais pessimistas chegavam a dizer que o volume exportado não ultrapassaria 2 ou 2,5 milhões de caixas.

Não só em volume, esta foi uma feliz estação da exportação cítrica. Foi também um ano em que a qualidade de conservação da fruta foi das mais altas. A boa resistência das nossas laranjas a todo o processo de comercialização, que se verificou êste ano, parece estar correlacionada com a escassez de chuva durante a época da colheita. De fato, tivemos êste ano um inverno excepcionalmente sêco.

Não é fácil organizar uma estimativa da taxa de desperdício por apodrecimento à chegada das nossas frutas aos portos europeus. Entretanto, êste ano não tivemos, praticamente, reclamações do outro lado, no que diz respeito à condição da fruta na chegada, havendo opiniões autorizadas que estimam em 1% a quebra média por podres. Na ausência de re-

clamações por este motivo, é verosímil que aquela estimativa corresponda à realidade, constituindo esse fato um indício promissor do nível técnico a que já chegou a nossa indústria cítrica, neste setor.

Com relação às variedades e espécies de frutas cítricas que estamos exportando, entre as laranjas continua predominando a laranja “Pêra” que na última estação alcançou 80%

do volume, seguindo-se a “Hamlin” com mais de 13% e as “Bahia” com pouco mais de 4%. (veja quadro I).

As nossas remessas de pomelos, tangerinas e limões são ainda muito pouco significativas, constituindo-se de laranjas doces, a maior parte do volume exportado, traço esse já característico das nossas exportações cítricas, desde o seu início.

QUADRO I
Exportação Cítrica Paulista
Por Variedades

Variedades	1959		1960		1961	
	Caixas	%	Caixas	%	Caixas	%
Pêra	2 287 745	71,5	2 366 022	73,3	2 566 718	78,8
Hamlin	496 603	15,5	546 052	16,9	442 796	13,6
Bahia	293 653	0,2	161 047	5,0	134 292	4,1
Barão	67 174	2,1	77 849	2,4	36 524	1,1
Pineapple	7 351	0,2	2 950	0,1	1 750	0,1
Pomelos	39 603	1,2	63 410	2,0	54 759	1,7
Tangerinas	5 952	0,2	9 675	0,3	13 600	0,4
Limões	500	—	—	—	6 020	0,2
Totais	3 198 581		3 227 005		3 256 459	

Fonte: Secção de Frutas — Divisão de Fiscalização e Classificação — PDV —

Com respeito aos destinos da exportação, podemos examiná-los no quadro II onde aparecem as cifras referentes aos anos de 1959 a 1961. Indicam os números, que a Inglaterra continua sendo o nosso maior comprador, seguido de perto pela Holanda, com 35,9 e 27,2% respectivamente. Já distancia-

da aparece a França com .. 13,9% vindo a seguir a Alemanha Ocidental com 11%. Destaca-se na estação de 1961, o aparecimento da União Soviética em quinto lugar com 6,7%, deslocando assim a Bélgica, nossa tradicional compradora de laranjas.

Um fato auspicioso desta-

ca-se do exame dêste quadro, que é o aumento gradativo do número dos nossos compradores, que na estação que acaba de findar, alcança 13 diferentes países, ampliando assim a área de comercialização das nossas frutas.

Não só o destino das nossas exportações e as variedades exportadas sofreram alterações da primeira para a segunda fase da nossa citricultura comercial. Também a procedência

se alterou, ocupando hoje Bebedouro o primeiro lugar em volume exportado, deslocando assim Limeira do primeiro para o segundo pôsto, como centro de exportação cítrica (veja quadro III). Alguns centros de importância na primeira fase, como Sorocaba e Campinas, ainda não conseguiram recuperar a antiga situação, sendo certo que tanto numa como noutra região, a produção cítrica tende a crescer.

QUADRO II
Exportação Cítrica Paulista
Por Destino

Destino	1959		1960		1961	
	Caixas	%	Caixas	%	Caixas	%
Reino Unido	988 045	31,0	910 490	28,2	1 167 647	35,9
Holanda	892 211	28,0	681 335	21,1	885 738	27,2
França	831 247	26,1	819 563	25,4	451 138	13,9
Bélgica	254 750	8,0	170 470	5,3	131 597	4,0
Alem. Ocidental ..	194 481	6,1	419 589	13,0	358 695	11,0
Noruega	10 750	0,3	59 178	1,8	8 960	0,3
Finlândia	9 700	0,3	54 000	1,7	28 400	0,9
Antilhas Holandêsas	3 040	0,2	5 980	0,2	2 120	0,0
U.R.S.S.	—	—	58 500	1,8	217,780	6,7
Suécia	—	—	47 900	1,5	414	0,0
Africa Ocidental ..	—	—	—	—	2 000	0,0
Argentina	—	—	—	—	1 120	0,0
Uruguai	—	—	—	—	850	0,0

Fonte: Secção de Frutas — Divisão de Fiscalização e Classificação — PDV —

QUADRO III
Exportação Cítrica Paulista — 1961 —
Por Procedência

Mês	Bebedouro	Limeira	Araras	Pilangueiras	Araraquara	Pôrto Ferreira	Totais	%
Caixas								
Janeiro	—	—	—	1 000	120	—	1 120	
Fevereiro	—	400	—	—	—	—	400	
Março	17 000	—	—	450	—	—	17 450	0,5
Abril	101 155	111 866	52 400	10 000	16 000	7 789	299 210	9,2
Maió	259 792	233 526	49 730	44 000	48 870	17 360	79 278	22,1
Junho	285 645	272 631	98 375	106 100	87 280	13 775	863 806	26,5
Julho	213 815	216 190	79 150	83 263	60 650	2 500	655 568	20,1
Agosto	135 711	137 850	56 600	18 200	3 920	—	352 281	10,8
Setembro	81 615	88 945	64 100	35 000	1 080	—	270 740	8,3
Outubro	9 670	36 630	23 450	6 856	—	—	76 606	2,4
Totais	1 140 403	1 098 038	453 805	304 869	217 920	41 424	3 256 459	
Porcentagens	35,01	33,72	13,94	9,36	6,69	1,28		

Fonte: Secção de Frutas — Divisão de Fiscalização e Classificação — PDV —

Os preços de atacado nos mercados recebedores durante os meses de abril a setembro, mantiveram-se em níveis satisfatórios, sendo de acreditar-se que mesmo aqueles lotes de mais alto custo puderam ser liquidados vantajosamente. No período referido, a fruta brasileira alcançou no mercado inglês os seguintes preços médios, em shillings (e frações decimais) por caixa padrão:

Maio	43,39
Junho	46,20
Julho	43,54
Agosto	35,70
Setembro ...	41,06

No mês de maio, os preços do leilão oscilaram entre shs. 43 e 51; no mês de junho entre 41 e 53, no mês de julho entre 41 e 46; no mês de agosto, entre 29 e 40 e finalmente no mês de setembro, entre 26 e 53.

Talvez tenha contribuído para essa firmeza de preços durante toda a estação, as menores remessas da União Sul-africana que mandou perto de 1.600.000 caixas de frutas cítricas a menos que na estação anterior, conforme os dados do quadro IV.

QUADRO IV
Exportação Cítrica Sul-africana — 1961
Até 30 - 11 - 1961

Espécie	Unidade	1960	1961
Laranajs	Caixas	8 632 532	6 809 605
Pomelos	Caixas	523 464	529 895
Limões	½ caixas	363 494	391 577
Tangerinas	½ caixas	17 046	11 879
Totais	Equivalentes a caixas	9 346 266	7 541 228

Fonte: "Citrus Board" Sul-africano.

II — O MERCADO INTERNO

Durante os meses de fevereiro a novembro, foram encaminhadas ao mercado de São Paulo, conforme levantamento realizado pela Secção de Frutas da Divisão de Fiscalização e Classificação deste Departamento,

4.175.935 caixas de colheita, tipo "mercado", sendo de esperar que nos doze meses do ano, êsse total alcance perto de 4,6 milhões de caixas do mesmo tipo.

Essa estatística indica um

desaparecimento de perto de 1,2 caixas “per capita” e por ano para o aglomerado urbano desta Capital, tomando-se por base a última estimativa de população publicada pelo Departamento Estadual de Estatística no seu Boletim n.º 2 de 1959. (1)

Admitindo-se que o restante da população urbana do Estado apresente um consumo da mesma ordem daquele encontrado para o aglomerado da Capital, aqueles 4,6 milhões de cidadãos garantiriam um desaparecimento de mais 5,6 milhões de caixas tipo “mercado”, que somadas ao volume entrado na Capital nos doze meses do ano, perfazem 10,2 milhões de caixas de “mercado”.

A êste volume adicionam-se 3.256.459 caixas padrão exportadas durante a estação de 1961, o que elevaria para 13,5 milhões de caixas o total já estimado.

Para uma avaliação grosseira como a que estamos tentando, podemos considerar equivalentes as duas unidades

mencionadas, a caixa padrão de exportação e a caixa de “mercado”.

A colheita prevista pela Secção de Previsão de Safras desta Divisão, foi estimada em 23.426.221 caixas de “colheita”, que para efeito de uma primeira aproximação também poderão ser consideradas equivalentes às duas outras unidades.

Esta estimativa obtida pelo método subjetivo, inclui presumivelmente a totalidade da produção cítrica no território do Estado, excluída a região da Alta Sorocabana, constituída dos 15 municípios da área interdita pelas autoridades fitossanitárias, devido ao cancro cítrico.

Acreditamos ser razoável admitir-se que do total estimado como produção bruta, 26% aproximadamente, perde-se nos pomares devido a causas diversas, incidindo essas perdas com intensidade variável, segundo o destino que habitualmente se dê à produção. Assim, pensamos que nas

1) A população do Estado de São Paulo em 1961 em zonas urbanas e rurais pode ser calculada na base da estimativa do Departamento Estadual de Estatística para todo o Estado nesse ano, separando-se os grupos pelas informações obtidas no censo de 1960.

	Censo de 1960		1961
	(Preliminar)		
I — Capital + ABC	3 687 462		3 851 842
II — Outras cidades	4 438 370		4 660 288
III — Total cidades	8 125 832	(63%)	8 512 130
IV — Zona rural	4 748 256	(37%)	4 985 662
V — Total Geral	12 874 088		13 497 792

plantações comerciais da melhor categoria, cuja fruta é destinada à exportação, tais perdas são negligenciáveis; nas plantações cuja produção habitualmente se destina ao mercado interno, admitimos

uma perda de 20% sobre a colheita estimada e finalmente nos pomares destinados ao consumo local admitimos uma perda de 50% da produção estimada. Assim teríamos:

Pomares	Produção Bruta Mil caixas	Prod. Líquida Mil caixas
Comerciais, para exportação	7.000	7.000
Comerciais para consumo interno	7.000	5.600
Para consumo local e rural ..	9.426	4.713
	23.426	17.313
Quebra 26.1%		6.113

Isto admitido, reduz-se o total aproveitável a 17 313 mil caixas de colheita que se decomporiam como segue: 13 985 mil caixas para consumo da

população urbana e rural; .. 3 256 mil caixas para alimentar a nossa exportação e finalmente o saldo para o comércio interestadual (veja quadro V).

QUADRO V

Estimativa do Consumo de Laranjas em São Paulo, 1961

	Em mil caixas de 34 quilos liq.	Toneladas
Consumo Interno do Estado de São Paulo		
População Urbana (1)	10 215	347 291
População Rural (2)	3 770	128 182
Sub total (a)	13 985	475 473
Exportações		
Outros Estados	72	2 453
Exterior	3 256	110 720
Sub total (b)	3 328	113 173
Total parcial (a+b)	17 313	588 646
Perdas nos pomares (3)....	6 113	207 846
Total Geral (4)	23 426	796 492

(1) 1,2 caixas per capita.

(2) 0,76 caixas per capita.

(3) Veja quadro à página 63.

(4) Estimativa de produção da Dv.E.R.

O índice de consumo admitido para as populações urbanas do Estado não nos parece exagerado, tendo em vista a relativa abundância com que hoje se oferece a laranja nos mercados das nossas cidades. A êle chegamos partindo de um dado conhecido, como seja a estatística das entradas de frutas na Capital durante o período de fevereiro a novembro de 1961, levantado pela Divisão de Fiscalização dêste Departamento. Quanto ao consumo da população rural, a êle chegamos por diferença, depois de consideradas as fracções ex-

portadas e remetidas para outros Estados, sendo êste último dado também obtido por diferença.

Concluindo, devemos advertir que os dados apresentados sôbre o consumo de laranjas entre nós, devem ser considerados como uma primeira aproximação, muito grosseira, de uma questão que será melhor compreendida quando algumas pesquisas de consumo domiciliar tanto na zona urbana como na rural, puderem indicar mais precisamente os níveis dessas duas variáveis do nosso problema.

ESTATÍSTICAS

Preços Médios Recebidos pelos Produtores de São Paulo * Em Cruzeiros

Itens	Unidade	1960					1961		
		Dez.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Out.	Nov.	Dez.
Boi acima de 3 anos	Cabeça	13 500	18 200	19 400	19 300	20 100			
Boi de 2 a 3 anos	Cabeça	10 900	14 900	16 300	15 900	16 900			
Bezerro de 1 a 2 anos	Cabeça	7 530	10 800	11 400	11 400	12 400			
Bezerro até 1 ano	Cabeça	5 650	7 450	8 420	8 100	8 700			
Boi Gordo	15 quilos	1 190	1 470	1 670	1 740	1 770			
Vaca Gorda	15 quilos	1 070	1 290	1 490	1 590	1 610			
Leite	Litro	11,50	15,50	15,40	15,90	15,60			
Excesso de cota	Litro	—	—	—	—	14,50			
Gordura — acréscimo por	Litro	—	1,60	1,90	1,50	1,60			
Vaca holandesa	Cabeça	24 000	33 210	39 100	39 000	41 000			
Vaca comum	Cabeça	14 400	19 900	23 900	26 100	26 200			
Porco caixa até 60 quilos	Cabeça	3 590	3 500	3 200	2 920	2 930			
Porco caixa + de 60 quilos	Cabeça	4 810	4 700	4 600	4 050	4 140			
Porco Gordo	15 quilos	1 450	1 500	1 500	1 440	1 470			
Frango raça especializada	Kg. vivo	99,00	109,00	109,00	110,00	106,00			
Galinha caipira	Cabeça	153,00	182,00	188,00	194,00	192,00			
Galinha Leghorn	Cabeça	130,00	129,00	129,00	132,00	130,00			
Galinha Leghorn	Kg. vivo	87,00	92,00	93,00	94,00	90,00			
Ovos casca Branca	Dúzia	60,00	62,00	61,00	71,00	76,00			
Ovos casca vermelha	Dúzia	61,00	64,00	66,00	72,00	77,00			
Ovos caipira	Dúzia	53,00	56,00	57,00	61,00	69,00			

* Dados apurados pela Secção de Análises de Mercados e Preços, sujeitos a revisão posterior.

Preços Médios Recebidos pelos Lavradores de São Paulo

A) Média do Estado (*)

Em cruzeiros

PRODUTOS**	Unidade	1960		1960		
		Dezembro	Set.	Out.	Nov.	Dez.
	Kg de					
Café em côco (a)	renda	42,20	58,00	58,00	56,40	58,80
Café em côco (b)	40 Kg	859	1 100	1 110	1 090	1 140
Café beneficiado	60 Kg	2 680	3 550	3 550	3 450	3 720
Algodão em caroço ..	15 Kg	—	—	—	—	—
Amendoim em casca ..	25 Kg	509	532	622	671	672
Mamona	Kg	16,30	19,20	19,50	19,70	22,10
Arroz em casca	60 Kg	966	1 060	1 270	1 410	1 770
Arroz beneficiado	60 Kg	1 530	1 710	1 950	2 290	3 050
Feijão	60 Kg	1 450	2 290	2 710	2 790	2 860
Milho	60 Kg	392	681	922	1 090	1 310
Batata	60 Kg	468	1 010	1 160	1 870	2 040
Cebola	15 Kg	140	339	570	598	655

B) Médias das principais zonas do Estado

Dezembro de 1961 *

Em cruzeiros

PRODUTOS	Araçatuba (1)	Avaré (2)	Campinas (3)	Marília (4)	Pres. Prudente (5)	Rib. Preto (6)	S. J. Rio Preto (7)	São Paulo (8)
Café em côco (a)	58,70	56,20	58,30	60,40	49,80	58,30	61,80	60,00
Café em côco (b)	1 160	1 090	1 210	1 070	1 020	1 180	1 200	1 200
Café beneficiado	4 080	3 470	3 750	3 310	3 150	4 120	3 930	2 500
Algodão em caroço ..	—	—	—	—	—	—	—	—
Amendoim em casca ..	651	630	—	687	643	700	643	—
Mamona	22,90	22,10	—	22,00	21,00	—	21,20	—
Arroz em casca	1 730	1 810	1 700	1 760	1 690	1 770	1 860	1 710
Arroz beneficiado	3 210	2 900	2 970	2 950	3 000	3 060	3 030	3 110
Feijão	2 920	2 670	3 000	2 740	2 970	3 020	2 940	2 640
Milho	1 280	1 280	1 370	1 490	1 420	1 200	1 300	1 410
Batata	—	1 940	1 920	2 560	2 060	2 010	2 310	1 780
Cebola	766	634	678	734	775	760	—	597

* Notas: Dados apurados pela Secção de Análises de Mercados e Preços, sujeitos a revisão posterior.

** As unidades dos vários produtos são as mesmas constantes no quadro "A".

*** Nas zonas abaixo, estão incluídas as seguintes chefias de extensão: (1) Araçatuba, Bauru e Jau; (2) Avaré e Itapetininga; (3) Campinas, Piracicaba e São João da Boa Vista. (4) Marília; (5) Presidente Prudente; (6) Ribeirão Preto e Bebedouro; (7) São José do Rio Preto e (8) São Paulo, Taubaté e Registro.

Importação de Cabotagem pelo Pôrto de Santos em 1961 Toneladas(*)

Produtos	Dezembro	Jan. a Dez.	Produtos	Dezembro	Jan. a Dez.
Adubos			Lingüiça	—	—
Adubo (N.E.)	4 371	12 226	Peixe	—	3
Fosforita	—	10 660	Peixe Sêco	—	21
Bebidas			Pimenta do reino	18	371
Aguardente	16	31	Soja	—	—
Outras Bebidas	—	2	Sal	22 817	278 728
Vinho de mesa	—	4 282	Tapioca	—	33
Cereais			Madeiras		
Arroz	1 537	14 576	Canela	71	822
Aveia	0	3	Cedro	—	19
Cevada	—	282	Freijó	14	611
Milho	—	—	Imbuia	—	36
Diversos			Madeiras (outras)	—	556
Borracha	1 271	16 591	Peroba	—	—
Celulose	—	—	Pinho	56	2 306
Crina vegetal	17	76	Oleaginosas, Óleos e Gorduras		
Crina (N.E.)	—	—	Amendoa (N.E.)	—	—
Fumo em folha	—	—	Babaçú	121	12 682
Latex	71	1 972	Banha	—	24
Leite de seringueira	38	565	Cera de carnauba	—	5
Papel	—	4 100	Gordura de côco	—	126
Sacos de juta	—	406	Mamona	—	2 171
Tecidos	26	195	Óleo de car. de alg.	663	7 692
Fibras e Fios			Óleo de côco	—	113
Algodão	2 430	15 058	Óleo de linhaça	—	89
Fios de côco	—	—	Óleo de oiticica	17	198
Juta	599	23 766	Óleo de babaçú	71	2 713
Lã	—	250	Gergelim	—	338
Linter de algodão	—	187	Produtos Animais		
Malva	202	1 894	Carnarina	—	—
Piaçaba	50	358	Crina Animal	2	4
Sisal	5	573	Farinha de peixe	20	70
Generos Alimentícios			Farinha de carne	60	1 031
Açucar	600	21 190	Óleo de peixe	—	—
Cacau	1	12	Peles	—	0
Carne (N.E.)	—	—	Sangue sêco	—	—
Castanha (N.E.)	28	529	Produtos de Orvanaria e Sementes		
Cebola	—	473	Alpiste	—	9
Côco	257	3 550	Guaraná	0	120
Côco ralado	—	—	Resíduos e Tortas		
Compotas	—	92	Farelo de trigo	—	—
Conservas	26	536	Farelo de sója	1 778	9 728
Doces	—	20	Trigo e Farinha de Trigo		
Extr. de tomate	244	1 280	Farinha de trigo	—	—
Farinha de côco	—	—	Trigo em Grão	210	30 148
Farinha de mandioca	15	738			
Farinha de soja	—	200			
Fecula de mandioca	155	3 076			
Feijão	203	965			
Leite de côco	—	11			

Quadro elaborado pela Divisão de Economia Rural, com dados do Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.

Importação do Exterior pelo Pôrto de Santos em 1961

Toneladas(*)

Produtos	Dezembro	Jan. a Dez.	Produtos	Dezembro	Jan. a Dez.
Adubos					
Adubo químico (N.E.)	608	1 921	Ervilha	360	2 195
Cloreto de potássio	2 952	84 534	Extr. de tomat	—	1
Fosfato	—	25 893	Figo sêco	376	909
Salitre do Chile	707	35 005	Grão de Bico	40	742
Sulfato de potássio	168	3 189	Leite em pó	—	645
Superfosfato	776	28 508	Lentilha	82	331
Uréia	130	8 961	Maçã	1 457	26 518
Sulfato de amônio	10 000	88 529	Malte Cevada	530	2 687
Arame			Melão	—	289
Arame farpado	1 016	25 715	Nozes	108	518
Bebidas			Pera	5	4 530
Aguardente	4	42	Pera em conserva	—	—
Champagne	—	5	Pêssego	—	23
Outras bebidas	—	23	Pêssego em conserva	—	368
Uisque	149	640	Tâmara em lata	—	—
Vinho de mesa	370	1 388	Tâmara sêca	9	9
Diversos			Uva passa	59	958
Borracha	1 639	17 615	Uva fresca	—	901
Borracha sintética	1 421	20 438	Máquinas		
Celulose	1 101	51 902	Implementos Agrícolas	—	776
Cortiça em bruto	89	908	Máquinas Terrapl.	—	902
Cortiça granulada	129	407	Pertences (Terrapl.)	—	196
Fécula de mandioca	—	—	Tratores (Pertences)	174	2 278
Glicose	—	114	Tratores	280	8 799
Latex sintético	46	1 434	Óleos e Gorduras		
Papel	1 422	47 650	Vegetais		
Peles de coelho	54	821	Azeite de Oliva	603	4 126
Rolhas de cortiça	—	77	Óleo de pinho	8	71
Fibras e Fios			Produtos de Ervanaria e Sementes		
Fibra de Linho	148	2 893	Alpiste	122	2 572
Fios de Lã	—	5	Ervanaria	—	49
Fios de Linho	—	117	Lupulo	26	604
Generos Alimentícios			Sem. de batata	1 174	2 632
Alho	561	4 791	Sem. de flôres	—	5
Ameixa (N.E.)	—	3	Sem. de vegetais (n.e.)	1	69
Ameixa fresca	63	438	Sem. de hortaliças	—	22
Ameixa Sêca	121	1 477	Sem. de cebola	0	263
Amendoa	11	352	Sem. de pinho	—	6
Anchova	—	91	Sem. de ervilha	—	36
Avelã	7	236	Produtos Químicos		
Azeitona	1 288	9 535	D.D.T.	—	20
Bacalhau	699	8 511	Hexacloroto benzeno	109	348
Canela	—	64	Óleos essenciais	2	104
Cebola	—	18	Fungicida	60	1 143
Cevada	5 899	37 197	Inseticidas	195	3 436
Cravo	—	10	Trigo		
Damascos sêcos	11	191	Trigo em Grão	61 256	740 881
Castanha	1 062	1 894			

Quadro elaborado pela Divisão de Economia Rural, com dados do Diário do Comércio da Associação Comercial de São Paulo.

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.